

ESCRITOS POLÍTICOS

Weber

Editado por
PETER LASSMAN
Universidade de Birmingham

e

RONALD SPEIRS
Universidade de Birmingham

Tradução
REGIS BARBOSA
KAREN ELSABE BARBOSA



wmf martinsfontes

SÃO PAULO 2014

O Estado-nação e a política econômica

(Discurso inaugural acadêmico)¹

Prefácio

O que me levou a publicar as exposições seguintes foi não o consenso, mas a oposição que elas encontraram em grande parte da audiência. Tanto para colegas da mesma área quanto para os de outras disciplinas, haverá informações novas apenas nos detalhes, e a ocasião que lhes deu origem explica o sentido especial no qual apenas elas reclamam o atributo de “ciência”. Pois um discurso inaugural oferece a oportunidade de expor e justificar abertamente o ponto de vista pessoal e, nesse sentido, “subjetivo”, a partir do qual são *avaliados* fenômenos econômicos. As exposições das páginas 17 a 20 foram omitidas devido ao tempo disponível e à audiência, e outras podem ter assumido uma forma diferente na versão oral. Em relação às informações iniciais, cabe observar que elas expõem os acontecimentos de uma forma naturalmente muito mais simples do que aquela como se deram na realidade. Entre 1871 e 1885, os movimentos populacionais nos distritos e municípios isolados da Prússia Ocidental não são uniformes, mas mudam suas características e de modo algum são tão transparentes quanto os exemplos escolhidos aqui. Em

.....
1. Tradução de *Der National und die Volkswirtschaftspolitik. Akademische Antrittsrede* (Freiburg e Leipzig, 1985). O discurso inaugural foi proferido em maio de 1895 e publicado em julho do mesmo ano.

outros casos, certos fatores contrariam a tendência que tentei ilustrar por meio desses exemplos. Ainda voltarei a esse assunto de forma mais detalhada em outra ocasião². É evidente que os resultados que esses números podem oferecer são muito menos fundamentados do que os fornecidos pelas admiráveis publicações de alguns discípulos de Neumann³, referentes à situação das nacionalidades na Posnânia e na Prússia Ocidental. No entanto, na falta de dados corretos, por ora temos de nos contentar com esses, posto que, graças às enquetes rurais dos últimos anos⁴, já conhecemos os principais traços dos fenômenos que ilustram.

O título de minhas observações promete muito mais do que posso e quero cumprir neste momento. O que pretendo é, primeiramente, o seguinte: ilustrar em um *único exemplo*, do ponto de vista físico e psíquico, o papel desempenhado pelas diferenças raciais entre as nacionalidades na luta econômica pela existência⁵. A isso eu gostaria de acrescentar algumas con-

2. Na realidade, Weber não produziu nenhum outro trabalho nessa área que fosse comparável às pesquisas sobre as condições rurais (ver Max Weber, *Gesamtausgabe*, I, 3), que o levaram à cátedra em Freiburg, possivelmente por ter sofrido uma série de perturbações nervosas entre 1897 e 1904. Ele escreveu, no entanto, inúmeros ensaios sobre temas relacionados, reunidos no volume 4 do *Gesamtausgabe*, assim como o texto de 1904, "Agrarstatistische und sozialpolitische Betrachtungen zur Fideikomissfrage in Preußen", *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik* (Tübingen, 1924), pp. 323-93.

3. Friedrich Julius von Neumann (1835-1910), economista, antigo catedrático da disciplina de Economia Política nas universidades de Freiburg e Tübingen. A obra de Neumann, *Grundlagen der Volkswirtschaftslehre* (Tübingen, 1889), foi incluída na relação de leituras de Weber para seus cursos introdutórios em Economia, *Grundriß zu den Vorlesungen über Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie* (1898), reeditados por Tübingen, 1990.

4. As *Enqueten* às quais Weber se refere eram investigações de problemas sociais específicos, desenvolvidas pela *Verein für Sozialpolitik*, com o objetivo de influenciar políticas governamentais. O estudo do próprio Weber sobre as províncias ao leste do Elba era parte de uma investigação maior do trabalho agrícola.

5. A frase usada por Weber, *Kampf ums Dasein* (luta pela existência), pertence, como *Ausleseprozeß* (processo de seleção), ao vocabulário de argumen-

siderações sobre a situação de Estados fundamentados em uma base nacional – como o nosso –, no contexto da reflexão político-econômica. Escolhi como exemplo uma série de acontecimentos que se deram longe de nós, mas que há uma década têm chamado a atenção pública, e peço-lhes que me sigam até as regiões fronteiriças no Leste do *Reich*, na planície da província da *Prússia Ocidental*. Esse cenário combina a qualidade de região fronteiriça nacional, com diferenças extraordinariamente bruscas nas condições econômicas e sociais de existência, o que o torna recomendável a nosso propósito. Infelizmente, antes precisarei contar com sua paciência para expor uma série de dados técnicos.

A província abrange três tipos de contraste em seus distritos rurais.

Primeiramente, há diferenças extraordinárias na *qualidade dos solos da lavoura*: do solo onde se cultivava a beterraba, na planície do rio Vístula, até as colinas arenosas da Cassúbia, estima-se que o rendimento líquido tributável chegue a múltiplos de dez e vinte. Mesmo as médias distritais variam entre 4,75 e 33,66 marcos por hectare.

Além disso, há contrastes na estratificação social da população que cultivava esse solo. Como em todo o Leste da Alemanha, além do "município rural" (*Landgemeinde*), os registros oficiais conhecem uma segunda forma de unidade comunal, desconhecida no Sul: o "domínio latifundiário" (*Gutsbezirk*). De modo correspondente, entre os vilarejos dos camponeses destacam-se na paisagem os latifúndios senhoriais (*Rittergüter*), que são as sedes dos *Junker*, classe que caracteriza a

.....
tos darwinianos a respeito da "sobrevivência dos mais aptos" na inevitável disputa pelos recursos do meio ambiente. Weber aproxima-se de tal vocabulário (como *Verdrängung*: suplantação) em diversos momentos desse trabalho, embora ressalte, em sua nota de rodapé "D", que não aprova a aplicação acrítica das descobertas das ciências naturais nas ciências humanas. "Seleção" (*Auslese*) permanece um conceito importante para Weber. Ver, por exemplo, seu *Economia e sociedade*, capítulo I, seção 8.

estrutura social do Leste. Essas quintas são circundadas por casebres baixos que, junto com lotes de terra e pasto, o senhor (*Gutsherr*)⁶ destina aos jornaleiros*, obrigados a trabalhar durante o ano todo na propriedade senhorial. A área da província divide-se aproximadamente por igual entre os camponeses e os *Junker*, mas em algumas regiões a cota dos domínios latifundiários varia de baixas porcentagens a dois terços da área.

Por fim, dentro dessa população, com sua dupla estratificação social, há uma terceira oposição: a das *nacionalidades*. E, por sua vez, a composição nacional da população em unidades comunais também varia regionalmente. Essa variação é o que nos interessa. Em primeiro lugar, obviamente a densidade da população polonesa (*Polentum*)⁷ aumenta à medida que se aproxima da fronteira. Mas ela também *aumenta* com a *deterioração* da qualidade do solo, como mostra qualquer mapa linguístico. A primeira reação que se tem – não totalmente sem razão – é tentar explicar esse fato do ponto de vista histórico, partindo do modo como os alemães ocuparam o vale fértil do rio Vístula. No entanto, quando se pergunta quais são as *camadas sociais* que no campo representam as nacionalidades alemã e polonesa (*Deutschtum* e *Polentum*), os dados do censo mais recentemente publicado^A (1885) fornecem uma imagem estranha. Apesar de não podermos nos informar

.....
6. "Senhor" corresponde apenas aproximadamente ao termo alemão, *Gutsherr*, portanto não se deve dar por certo que cada um ocupe exatamente a mesma posição na hierarquia das relações feudais.

* Trabalhador que recebe por dia de trabalho. [N. da R.]

7. A palavra *Polentum* é tanto um substantivo coletivo, que se refere ao conjunto do povo polonês, quanto um termo de caracterização, correspondendo, *grosso modo*, ao termo em inglês *Polishness* [em português, "polonismo"]. Weber passa, repetidamente, de um sentido a outro, assim como faz com o termo, nesse contexto, antitético *Deutschtum*, indicando, desse modo, que a competição entre esses dois grupos populacionais é, também, uma competição entre diferentes conjuntos de características nacionais e valores culturais.

A. *Gemeindelexikon*. Berlin, 1887.

diretamente a partir desses dados sobre a composição nacional dos municípios, podemos fazê-lo de maneira indireta – desde que nos contentemos com números apenas aproximadamente corretos – por intermédio da confissão religiosa, que, dentro da área nacionalmente mista que nos interessa, quase coincide, com baixa porcentagem de diferença, com a nacionalidade. Se separarmos em cada região as categorias econômicas dos vilarejos de camponeses e dos latifúndios senhoriais, identificando-as, igualmente de modo impreciso, com as unidades comunais^B dos municípios rurais ou dos domínios latifundiários, veremos que, dependendo da qualidade do solo, sua composição nacional varia de maneira *oposta*: nos distritos férteis, os católicos, isto é, os *poloneses*, são relativamente mais numerosos nos *latifúndios*, enquanto os *protestantes*, isto é, os *alemães*, são maioria nos vilarejos. Em distritos de solo pouco fértil, a situação é oposta. Se considerarmos, por exemplo, o conjunto dos distritos com uma média de rendimento líquido tributável abaixo de 5 marcos por hectare, encontraremos nos vilarejos apenas 35,5% de protestantes, mas nos latifúndios, 50,2%. Ao contrário, no conjunto dos distritos cujo rendimento líquido tributável apresenta uma média entre 10 e 15 marcos, a participação dos protestantes nos vilarejos é de 60,7% e, nos latifúndios, de apenas 42,1%. Como isso se explica? Por que na planície os poloneses se concentram nos latifúndios e, nas colinas, residem nos vilarejos? Logo se percebe uma coisa: *os poloneses tendem a concentrar-se na camada social e economicamente mais baixa da população*. Nos bons solos, particularmente na planície do rio Vístula, o camponês contava com um padrão de vida sempre superior ao do jornaleiro dos latifúndios; em contrapartida, nos solos ruins,

.....
B. No entanto, essa divisão administrativa caracteriza melhor a estratificação social do que se tomarmos por base a distribuição dos empreendimentos agrícolas. Na planície, não são raros os empreendimentos latifundiários com menos de 100 hectares, enquanto nas colinas há muitos empreendimentos de camponeses com mais de 200 hectares.

que só podiam ser cultivados apropriadamente em grande escala, o latifúndio senhorial era o detentor da cultura⁸, e, portanto, da população alemã (*Deuschtum*). Nele os pequenos camponeses miseráveis têm ainda hoje um nível de vida *inferior* ao dos jornaleiros dos latifúndios. E mesmo que não soubéssemos disso, a estrutura etária da população nos levaria a supô-lo. Se deixarmos a planície rumo às colinas, visitando somente os *vilarejos*, veremos que a participação das crianças menores de 14 anos sobe de 35-36% para 40-41%, à medida que a qualidade do solo piora. Comparando-se a isso os *latifúndios*, na planície a participação das crianças é maior do que nos vilarejos, aumentando à medida que nos afastamos do nível do mar, porém de modo mais lento do que nos vilarejos, enquanto nos lugares mais altos fica atrás destes últimos. Como em toda parte, também aqui o grande número de crianças está vinculado ao baixo nível de vida, que sufoca qualquer pretensão de prover o futuro. Alto índice de sofisticação econômica (*Kultur*), nível de vida relativamente alto e *nacionalidade alemã* (*Deuschtum*) são idênticos na Prússia Ocidental.

No entanto, ambas as nacionalidades competem há séculos no mesmo solo, com chances essencialmente iguais. Como essa divisão se explica? De imediato, é-se tentado a acreditar que, do ponto de vista físico e psíquico, características raciais fazem com que as duas nacionalidades sejam distintas quanto à sua *capacidade de se adaptar* a diferentes condições econômicas e sociais de existência. E, de fato, a razão é essa. Prova disso é a tendência que se manifesta no *deslocamento* da população e das nacionalidades e que, ao mesmo tempo, permite que se reconheça o efeito nefasto dessa diferente capacidade de adaptação para os alemães do Leste.

8. Aqui e em outras passagens do texto, Weber emprega *Kultur*, termo bastante amplo, especificamente para a questão do desenvolvimento agrícola. A implicação é que sofisticação em uma área em particular, até mesmo técnica e prática, é sintomático da cultural geral ou do caráter do povo a que se refere.

No entanto, para observar e comparar os deslocamentos entre cada município, dispomos somente de números que vão de 1871 a 1885 e que revelam com pouca nitidez o início de um desenvolvimento que, conforme sabemos, prosseguiu com extraordinária intensidade. Além disso, a nitidez das estatísticas evidentemente sofre, por um lado, com a equiparação inevitável, mas não de todo exata, entre confissão religiosa e nacionalidade e, por outro, com a divisão administrativa e a estruturação social. Todavia, mesmo assim podemos ver com bastante clareza aquilo que importa. A população rural da província, bem como a de grandes partes do Leste em geral, apresentou uma tendência à *diminuição* no período de 1880 a 1885: na Prússia Ocidental ela foi de 12.700 pessoas, isto é, a população diminuiu em 1,25%, enquanto a do *Reich* aumentou em 3,5%. No entanto, como os fenômenos já tratados, este também apresenta uma distribuição desigual, pois em alguns distritos houve um aumento da população rural. E especialmente o *modo* como ambos se distribuem é bastante peculiar. Se considerarmos a princípio as diferentes qualidades de solo, qualquer um poderia supor que a diminuição atingiu com maior intensidade os *piores* solos, onde a margem de subsistência se estreita antes de tudo devido à queda dos preços. Mas os números mostram o *contrário*: justamente os distritos mais afortunados, como Stuhm e Marienwerder, com um rendimento líquido médio de 15 a 17 marcos, tiveram o maior *êxodo*, de 7 a 8%, enquanto os distritos mais elevados de Kohnitz e Tuchel, com um rendimento líquido de 5 a 6 marcos, experimentaram *crescimento* mais acentuado, constante desde 1871. Ao se procurar uma explicação, depara-se com a primeira pergunta: quais são as camadas sociais que, por um lado, dão origem ao êxodo e, por outro, são beneficiadas com o aumento? Considerando-se os distritos com elevados índices de diminuição (Stuhm, Marienwerder e Rosenberg), percebe-se que neles predominam os *latifúndios*. Examinando-se em seguida os *domínios latifundiários* da província inteira, des-

cobre-se que, apesar de apresentarem em 1880, numa mesma extensão de solo, uma população dois terços menor que os vilarejos, sozinhos são responsáveis por quase três quartos da diminuição da população rural, ou seja, mais de 9.000 pessoas. Sua população diminuiu em 3,75%. Mas essa diminuição também se distribui irregularmente *dentro* dos latifúndios, pois em alguns lugares houve aumento; e quando se separam as regiões em que a população latifundiária diminuiu de modo considerável, percebe-se que justamente os latifúndios situados em *bons* solos experimentaram um êxodo particularmente acentuado.

Por outro lado, o *aumento* da população, que ocorreu nos solos ruins das colinas, beneficiou sobretudo os *vilarejos*, e justamente aqueles situados em solos *ruins*, ao contrário dos vilarejos da planície. Portanto, a tendência é a *diminuição dos jornaleiros* nos latifúndios situados nos *melhores* solos, e o *aumento dos camponeses* nos solos *ruins*. O que isso implica e como esse fenômeno pode ser explicado são questões que se esclarecem quando se faz uma última pergunta: como as *nacionalidades* se comportam em relação a esses deslocamentos?

Na primeira metade do século, os poloneses no Leste alemão pareciam recuar de maneira paulatina e constante. No entanto, como sabemos, desde 1860 eles têm avançado nesse mesmo ritmo. É o que mostram de modo extremamente claro os levantamentos linguísticos feitos pela Prússia Ocidental, apesar de suas bases incompletas. Esse tipo de deslocamento na fronteira entre as duas nacionalidades pode ocorrer de duas maneiras fundamentalmente distintas. Primeiro, quando, em regiões nacionalmente mistas, a língua e os costumes da maioria impõem-se gradualmente às minorias nacionais e por elas são "absorvidos". Esse fenômeno também ocorre no Leste e, segundo as estatísticas, atinge os alemães de confissão católica. Nesse caso, o laço religioso é mais forte que o nacional; as reminiscências da disputa cultural (*Kul-*

turkampf)⁹ também desempenham seu papel, e a falta de um clero instruído em alemão faz com que esses alemães abandonem a comunidade cultural de sua nação. Porém, mais importante e mais interessante para nosso propósito é a segunda forma de mudança do deslocamento das nacionalidades: a *suplantação econômica*. É do que se trata aqui. Quando se examinam os deslocamentos na participação das confissões religiosas nos municípios rurais entre 1871 e 1885, nota-se o seguinte: o êxodo dos jornaleiros que trabalham nos latifúndios costuma estar ligado a uma diminuição relativa do protestantismo na planície, enquanto o aumento da população dos vilarejos nas colinas geralmente se vincula a um aumento relativo do catolicismo^c. *São principalmente jornaleiros alemães que saem de regiões de alto nível cultural; são principalmente camponeses poloneses que se multiplicam em regiões com baixo nível cultural (Kulturstand).*

No entanto, em última instância, ambos os processos – o êxodo numa área e a multiplicação em outra – remontam a uma única razão: as *baixas exigências de padrão de vida*, tanto em sentido material quanto em sentido ideal, que são naturais da raça eslava ou que lhe foram impostas ao longo de seu passado, ajudando-a a alcançar a vitória.

Por que os jornaleiros alemães mudam-se para outros lugares? Seus motivos não são materiais: os emigrantes não vêm recrutados de regiões de baixo nível salarial nem das categorias operárias mal remuneradas. Dificilmente há uma situação materialmente mais segura do que a de um colono nos lati-

9. O termo *Kulturkampf* refere-se à política hostil de Bismarck em relação à Igreja Católica e sua voz política, o Partido Central, entre 1872 e 1878. Essa foi uma tentativa equivocada de impor lealdade ao novo *Reich*.

C. Por exemplo, entre 1871 e 1885, os domínios latifundiários do distrito de Stuhm viram sua população diminuir em 6,7%, e a participação dos protestantes na população cristã caiu de 33,4% para 31,3%. Os vilarejos dos distritos Konitz e Tuchel tiveram um aumento de 8%, e a participação dos católicos subiu de 84,7% para 86%.

fúndios do Leste. Tampouco a tão falada nostalgia das diversões-da cidade grande constitui um motivo. Essa provoca o êxodo pouco sistemático da juventude, mas não o de antigas famílias de jornaleiros fixos. E por que esse desejo surge justamente entre as pessoas de áreas onde predominam os latifúndios? Por que podemos provar que o êxodo dos jornaleiros diminui à medida que o *vilarejo de camponeses* impõe-se à fisionomia da paisagem? Este é o motivo: nos complexos latifundiários de sua pátria, existem para o jornaleiro somente senhores e servos (*Herren und Knechte*)¹⁰, e para seus descendentes mais distantes, apenas a perspectiva de trabalhar duro no solo alheio ao som do sino do latifúndio. No impulso¹¹ indistinto e semiconsciente de migrar para longe esconde-se um elemento de idealismo primitivo. Quem não consegue decifrá-lo desconhece o encanto da *liberdade*. De fato, hoje raramente o espírito da liberdade nos toca no silêncio da livraria. Desvaneceram-se os ingênuos ideais de liberdade de nossa adolescência, e alguns de nós envelheceram e adquiriram sabedoria demais antes do tempo, acreditando que um dos impulsos mais primitivos do peito humano foi enterrado junto aos lemas de uma ideologia política e econômica decadente.

Trata-se de um processo psicológico de massa: os trabalhadores agrícolas alemães já não conseguem se adaptar às

.....
10. Os termos usados por Weber são *Herr* e *Knecht*, os mesmos usados por Hegel para esse tipo de relacionamento. Nesse contexto, *Knecht* também tem o sentido particular de "servo rural" ou "trabalhador rural". Além da designação do papel social, esses termos, no entanto, podem conotar diferenças de caráter ou qualidade pessoal: uma capacidade para dominação ou subserviência.

11. A formulação de Weber "*in dem dumpfen, halbbewußten Drang in die Ferne*" recorda os versos 328-9 de *Fausto* de Goethe: "*ein guter Mensch in seinem dunklen Drange/Ist sich des rechten Weges wohl bewußt*". A característica faustiana da "aspiração" inquieta foi considerada pelos alemães, durante um longo período, a característica central da "germanidade". A menção feita por Weber à livraria e à passagem da juventude nas linhas seguintes reforça a presença de *Fausto* em seu texto.

condições *sociais* de vida de sua pátria. Relatos de latifundiários da Prússia Ocidental reclamam de sua "autoconfiança". Está desaparecendo a antiga relação patriarcal entre colonos, que unia diretamente o jornaleiro, como pequeno produtor que tinha direito à sua parte do produto, aos interesses da produção agrícola. O trabalho sazonal nos domínios de cultivo da beterraba exige trabalhadores sazonais e salários em dinheiro. Sua perspectiva é uma existência puramente proletária, mas sem a possibilidade de uma ascensão vigorosa à autonomia econômica, que nutre a autoconfiança do proletariado industrial reunido nas cidades. Submeter-se a essas condições de existência é mais fácil para aqueles que ocupam o lugar dos alemães: os trabalhadores migrantes poloneses, multidões de nômades, milhares e milhares que, contratados por agentes na Rússia, atravessam a fronteira na primavera e voltam no outono. A princípio surgiram nos rastos da beterraba, que transformou o empreendimento agrícola em atividade sazonal; depois se espalharam, porque empregá-los significa ter despesas com moradia para os trabalhadores, assistência aos pobres e outras obrigações sociais, bem como porque sua condição de estrangeiros é precária e os coloca nas mãos dos proprietários da terra. Entre esses fenômenos concomitantes se dá a agonia econômica da antiga classe dos *Junker* prussianos. Nos latifúndios de cultivo da beterraba aparece no lugar do latifundiário, com sua administração patriarcal, um estrato de industriais. Nas colinas, sob a pressão da crise agrícola, a área dos latifúndios está se fragmentando de fora para dentro, uma vez que lotes de arrendatários e colônias de pequenos camponeses estão surgindo em sua periferia. Estão desaparecendo os fundamentos econômicos do poder da antiga aristocracia latifundiária, enquanto ela própria está se transformando em algo diferente do que era no passado.

E por que são os camponeses *poloneses* a ganhar terreno? Seria por causa de sua inteligência econômica superior ou de seus recursos financeiros? Trata-se, antes, do contrário dessas

duas coisas. Vivendo em um clima e em um solo que, além da pecuária extensiva, permitem essencialmente a produção de cereais e batatas, um mercado desfavorável ameaça menos aquele que leva seus produtos a um lugar no qual a queda dos preços os desvaloriza menos: seu próprio estômago. Portanto, é menos ameaçado aquele que produz para suas *próprias necessidades*. E, por sua vez, é mais favorecido aquele cujas necessidades são mais *modestas*, cujas exigências são menores em relação ao padrão de vida, tanto no sentido físico quanto naquele ideal. O pequeno camponês polonês do Leste constitui um tipo muito diferente do minúsculo camponês ativo que se vê na planície fértil do Reno, cujos estabelecimentos de horticultura e comercialização de vegetais estão incorporados às cidades. O pequeno camponês polonês ganha terreno porque, de certo modo, come o capim diretamente do solo, ou seja, não *apesar de*, mas *por causa do* baixo padrão de seus hábitos físicos e intelectuais.

Portanto, o que vemos em ação parece ser um *processo de seleção*. Há muito tempo, ambas as nacionalidades encontram-se nas mesmas condições de existência. A consequência disso *não* foi, como imagina o materialismo vulgar, o fato de ambas terem adquirido as mesmas qualidades físicas e psíquicas, e sim o de uma ter dado lugar à outra, de a nacionalidade vitoriosa ter sido a que apresentou maior capacidade de adaptação às condições de vida econômicas e sociais.

Essa diferente capacidade de adaptação parece ser uma grandeza fixa que lhes é própria. Talvez ela possa ser novamente deslocada ao longo de processos de cultivo que duram gerações, tal como devem ter surgido em milênios. No entanto, para as considerações atuais, tal capacidade constitui um elemento com o qual temos de contar como dado^D.

.....
D. Creio que seja desnecessário observar que, para as observações mencionadas acima, são irrelevantes as controvérsias existentes nas ciências naturais sobre a extensão do princípio da seleção natural, bem como, de modo geral, o emprego do conceito de "cultivo" (*Züchtung*) pelas *ciências naturais*

Vemos que nem sempre, no jogo livre das forças, a seleção favorece a nacionalidade economicamente mais desenvolvida ou capacitada, como acreditam os otimistas entre nós. A história da humanidade conhece a vitória de tipos menos desenvolvidos de existência humana e o fim da prosperidade da vida intelectual e emocional, quando a comunidade humana que era sua portadora perde a capacidade de se adaptar a suas condições de vida, seja devido à sua organização social, seja devido a suas qualidades raciais. Em nosso caso, o que contribui para a vitória da nacionalidade economicamente menos desenvolvida é a transformação das formas de empreendimento agrícola e a enorme crise na agricultura. O crescimento forçado do cultivo da beterraba e a falta de rentabilidade na produção de cereais para o mercado atuam em conjunto e paralelamente no mesmo sentido: o primeiro cria os trabalhadores sazonais poloneses; o segundo, os pequenos camponeses poloneses.

.....
e todas as discussões que se relacionam a essa área, com a qual não estou familiarizado. Atualmente, o *conceito* de "seleção" é de domínio público, assim como a hipótese heliocêntrica e a ideia de "cultivar" seres humanos já faziam parte do Estado platônico. Ambos os conceitos já foram utilizados, por exemplo, por F. A. Lange em *Arbeiterfrage*¹² e já nos são tão familiares que é impossível para quem conhece nossa literatura não compreender seu significado. Mais difícil é dizer até que ponto se pode atribuir um valor duradouro às tentativas mais recentes dos antropólogos de estender a perspectiva da seleção, tal como entendida por Darwin e Weismann, também ao campo da pesquisa econômica. Essas tentativas são engenhosas, porém levantam incertezas consideráveis quanto ao método e aos resultados pragmáticos. Além disso, não há dúvida de que falharam em muitas afirmações exageradas. Não obstante, os textos de Otto Ammon (*Die natürliche Auslese beim Menschen e Die Gesellschaftsordnung und ihre natürlichen Grundlagen*)¹³, por exemplo, merecem mais atenção do que estão recebendo, apesar de todas as reservas que possa haver. Um erro da maioria das contribuições dadas pelas ciências naturais e que pretendem esclarecer as questões de nossa ciência está na ambição inadequada de, antes de mais nada, querer "refutar" o socialismo. No afã de alcançar esse objetivo, elas involuntariamente transformam a suposta "teoria" da ordem social, elaborada pelas ciências naturais, em uma apologia dessa ordem.

Ao fazer uma retrospectiva dos fatos até aqui expostos, confesso que me sinto completamente incapaz de desenvolver na teoria a extensão dos aspectos gerais que deles podem ser deduzidos. Nem ousou tocar na questão infinitamente difícil, e por certo sem solução neste momento, sobre *onde* se encontra o limite da variabilidade das qualidades físicas e psíquicas de uma população que se vê sob a influência de suas condições de vida.

Por outro lado, não se pode deixar de propor a seguinte pergunta: o que pode e deve acontecer nessa situação?

Permitam-me, porém, abster-me de discutir por ora esse assunto com mais detalhes. Limitar-me-ei a delinear brevemente as duas reivindicações que, em minha opinião, devem ser feitas do ponto de vista da população alemã, o que de fato ocorre com unanimidade crescente. A primeira é fechar a fronteira oriental, o que já foi posto em prática sob o príncipe Bismarck e revogado após sua renúncia em 1890. Ficou vedado aos forasteiros o assentamento permanente, mas eles foram tolerados como trabalhadores migrantes. Um latifundiário com "consciência de classe" à frente do governo da Prússia excluiu-os no interesse da conservação de nossa nacionalidade, e o adversário dos proprietários de terra (*Agrarier*)¹⁴ tolerou-os no

.....
12. F. A. Lange (1828-75), *Die Arbeiterfrage in ihrer Bedeutung für Gegenwart und Zukunft* (Duisburg, 1865).

13. Otto Ammon (1842-1916) foi um antropólogo que desenvolveu estudos recrus na região de Baden, estudos que incluíam, por exemplo, a medição do tamanho e do formato da cabeça de cada um. Opositor ao socialismo, argumentava que diferenças sociais eram baseadas em diferenças naturais. Weber incluiu esses trabalhos em sua relação de leituras para suas palestras em 1898 (ver acima, nota 3). Em estudos posteriores, Weber se distancia dessas opiniões, observando, de forma contundente, o poder do dinheiro para gerar diferenças sociais, independentemente do talento natural de um indivíduo. Ver abaixo, p. 103.

14. Esta é uma referência ao sucessor de Bismarck, general Leo Count von Caprivi (1831-99), quando chanceler do *Reich* (1890-94) e primeiro-ministro da Prússia (1890-92).

interesse dos latifundiários, que são os *únicos* a ganhar com sua imigração. Como vemos, nem sempre o "ponto de vista da classe econômica" é decisivo nas questões da política econômica. *Nesse caso* foi decisiva a circunstância de que o leme do Estado passou de uma mão forte para outra mais fraca¹⁵. A segunda reivindicação refere-se, por um lado, à compra sistemática de terras por parte do Estado e, portanto, à ampliação da propriedade estatal (*Domänenbesitz*), e, por outro, à colonização sistemática por camponeses alemães em solos apropriados, especialmente em propriedades estatais adequadas. Do ponto de vista da nação, grandes empreendimentos que só se mantêm à custa dos alemães merecem a ruína¹⁶, e abandoná-los à própria sorte significa permitir que surjam colônias de eslavos famintos mediante o loteamento gradativo de terras incapazes de prover sua subsistência. O interesse em impedir a invasão eslava não é o único a reclamar a transferência de partes significativas das terras do Leste às mãos do Estado. Essa reivindicação também está contida na crítica devastadora que os próprios latifundiários fazem da perpetuação de sua propriedade particular, ao exigirem que o Estado os liberte do risco e da responsabilidade por suas terras – únicas razões que justificam sua posse –, concedendo-lhes o monopólio de cultivar cereais e pagando-lhes uma contribuição anual de meio bilhão de marcos¹⁷.

.....
15. Quando Bismarck foi forçado a renunciar à chancelaria em 1890, *Punch* publicou uma charge em que ele, trajando o uniforme de comandante, abandonava um imenso navio. A tradução alemã da legenda, "*Der Lotse verläßt das Schiff*", generalizou-se, como indica a alusão de Weber.

16. Outra alusão ao *Fausto*, de Goethe, desta vez aos versos 1339-40, ditos por Mefistófoles: "*denn alles, was entsteht/ist wert, daß es zugrunde geht*".

E. [Moção de Kanitz no parlamento do *Reich*.] Dentro do mesmo contexto, essa reivindicação [da compra das terras pelo Estado] é feita sobretudo pelo professor Schmoller¹⁷ em seu anuário [*Schmollers Jahrbuch*, 19, 1895, pp. 625 ss.]. De fato, muitas vezes aquela parte do estamento dos latifundiários, cuja preservação como administradores de empreendimentos agrícolas tem algum valor para o Estado, pode ser mantida apenas como estamento de

No entanto, como já dito, não pretendo discutir hoje essa questão prática da política agrária prussiana. Prefiro retomar o fato de que, de modo geral, qualquer um de nós pode levantar uma questão desse tipo. Além disso, consideramos que a

.....
 arrendatários de terras estatais, e não como estamento de proprietários. No entanto, em minha opinião, a compra de terras só tem sentido a longo prazo quando está organicamente vinculada à colonização de propriedades estatais adequadas, de modo que uma parte das terras do Leste passe pelas mãos do Estado e, enquanto nelas se encontrar, seja submetida a uma série de melhorias enérgicas, financiadas por créditos estatais. Uma das dificuldades com as quais a comissão de assentamento tem de lutar consiste no fato de que grande parte das propriedades compradas estaria em melhores condições se ficasse apenas uma década nas mãos de arrendatários estatais. Outra dificuldade é o fardo do "período de recuperação" dos colonos assentados, que, junto com seus pedidos para adiar o pagamento de suas dívidas, após certo tempo deveriam ser entregues ao fisco, que costuma ser um pouco mais impiedoso. Atualmente, as melhorias têm de ser realizadas às pressas por meios administrativos e com grandes prejuízos, embora haja muitos latifúndios estatais apropriados para uma colonização imediata. Todavia, a lentidão do processo, causada por essas dificuldades, não justifica de modo algum o parecer de Hans Delbrück¹⁸, publicado em seus diversos e conhecidos artigos nos *Preußische Jahrbücher*, sobre o efeito desse processo do ponto de vista da política nacional. Para quem observou o efeito civilizador da colonização com os próprios olhos, o cálculo puramente mecânico que compara o número de propriedades rurais fundadas com o número de poloneses não constitui uma prova conclusiva. Poucos vilarejos, cada qual com uma dúzia de propriedades alemãs, podem eventualmente *germanizar* várias milhas quadradas, obviamente desde que se impeça a entrada de reforços proletários vindos do Leste e que não se rompa o fundo do barril que se tenta encher, entregando os latifúndios ao livre jogo das forças que conduzem a seu desmoronamento e a sua ruína, forças essas que estão agindo de modo ainda mais livre devido às leis que garantem a aquisição de um terreno mediante o pagamento de uma renda anual em dinheiro (*Rentengutsgesetze*).

17. Gustav von Schmoller (1838-1917), professor de Economia, presidente da Sociedade para Política Social (1890-1917) e fundador da "jovem" Escola Histórica Alemã de Economia. Diversos de seus trabalhos estão em *Grundrisse* (ver nota 3, acima).

18. Hans von Delbrück (1848-1929), professor de História, editor do *Preußische Jahrbücher*, 1883-1919.

nacionalidade alemã no Leste deve ser protegida e que por sua proteção também *deve* lutar a política econômica do Estado. O-que nos leva a sentir essa reivindicação como justa é a circunstância de que nosso Estado é um *Estado-nação*.

Mas qual é a posição do pensamento político-econômico a respeito dessa questão? Será que esses juízos de valor nacionalistas constituem, para a política econômica, preconceitos dos quais ela tem de se desvencilhar com todo o cuidado para poder aplicar aos fatos econômicos seu próprio critério de valor, livre da influência de reflexos emocionais? *E qual é esse critério de valor "próprio" da política econômica?* Pretendo abordar essa questão nas próximas reflexões.

Conforme vimos, mesmo numa situação de "paz" aparente, a luta econômica (*Kampf*) entre as nacionalidades prossegue seu curso. Não é no conflito aberto que os camponeses e jornalistas alemães do Leste são expulsos de sua gleba por inimigos politicamente superiores: é na luta silenciosa e monótona da vida econômica cotidiana que são vencidos por uma raça inferior e abandonam sua pátria para submergir num futuro incerto. Mesmo na *luta* econômica pela existência não há *paz* alguma. Somente quem toma por verdade essa paz aparente pode acreditar que do seio do futuro nascerão para nós descendentes a paz e o prazer de viver. Sabemos que para a opinião vulgar a política econômica ocupa-se de inventar receitas para a felicidade universal; para ela, o aperfeiçoamento do "balanço de prazer"¹⁹ da existência humana é o único ob-

.....
 19. O termo *Lustbilanz* (balanço de prazer) refere-se, aparentemente, à doutrina utilitarista de Jeremy Bentham, segundo a qual as ações deveriam ser julgadas à luz da dor ou do prazer que elas produziram em diferentes pessoas. "Fazer exame do balanço - se cair no lado do prazer, a tendência geral do ato será boa, para o número total ou comunidade dos indivíduos contabilizados; se pender para o lado da dor, a tendência será má, no geral para a mesma comunidade." *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, cap. 5, parág. 6.

jetivo compreensível de nosso trabalho. No entanto, a gravidade sombria do problema da população²⁰ já basta para nos impedir de sermos eudemonistas, de pensarmos que a paz e a felicidade humana estão escondidas no seio do futuro e de acreditarmos que o espaço numa existência terrena pode ser conquistado de outra maneira que não pela dura luta do homem contra o homem.

Certamente, não há nenhum trabalho da política econômica que não tenha um fundamento de altruísmo. A maioria dos frutos de todo o afã da política econômica e social beneficiará não a geração atual, e sim a futura. Nosso trabalho só terá sentido se for e puder ser apenas o de cuidar do futuro e de nossos *descendentes*. Mas também não há nenhum trabalho de política econômica que se baseie em esperanças otimistas de felicidade. No que se refere ao sonho de paz e de felicidade humana, encontram-se escritas as seguintes palavras sobre o portal do futuro desconhecido da história humana: *Lasciate ogni speranza*²¹.

A questão que nos move ao pensarmos além do tûmulo de nossa própria geração, e que na verdade também é o fundamento de todo trabalho da política econômica, não é o modo como se *sentirão* os homens do futuro, mas como *serão*. Queremos criar não o bem-estar dos homens, e sim aquelas características que, a nosso ver, constituem a grandeza humana e a nobreza de nossa natureza.

Alternadamente, a política econômica tem ressaltado, ou ingenuamente identificado como critério de valor, ora o problema econômico da produção de bens, ora o de sua distribuição, da "justiça social". E constantemente ambos têm sido

.....
20. O interesse nos ensinamentos de Malthus sobre o crescimento populacional foi renovado pelos debates sobre o darwinismo. Malthus foi incluído na relação de leituras de Weber para suas palestras, "*Grundriß zu den Vorlesungen*", seção 5 II (ver nota 3, acima).

21. "*Deixai toda a esperança*" (...ó vós que entraís, *Inferno*, de Dante Alighieri, Canto III, 9).

eclipsados – em parte inconscientemente, porém dominando tudo – pela percepção de que uma ciência que trata dos *seres humanos*, como é o caso da ciência econômica, preocupa-se sobretudo com as *qualidades dos seres humanos*, criadas pelas já mencionadas condições econômicas e sociais de existência. E aqui deveríamos nos resguardar de uma ilusão particular.

Como ciência explicativa e analítica, a política econômica é *internacional*, porém, tão logo emite *juízos de valor*, vincula-se àquele tipo de humanidade que encontramos em nossa própria essência. E isso ocorre com mais frequência justamente quando mais acreditamos que escapamos de nossas limitações pessoais. E, para usar uma imagem um tanto fantástica, se pudéssemos nos levantar de nosso tûmulo após milhares de anos, procuraríamos no rosto da geração futura os traços remotos de nossa própria essência. Mesmo nossos supremos e máximos ideais terrenos podem mudar e desaparecer. Não podemos querer impô-los ao futuro, mas podemos querer que este reconheça o caráter *de seus próprios antepassados* em nosso caráter. Com nosso trabalho e nossa essência, queremos ser os precursores da geração futura.

Por essa razão, tanto a política econômica de um Estado alemão quanto o critério de valor usado por um teórico alemão da política econômica só podem ser alemães.

Será que isso mudou desde que o desenvolvimento econômico começou a estabelecer, para além das fronteiras nacionais, uma comunidade econômica que abrange as nações? Será que, a partir de então, temos de nos desfazer desse critério "nacionalista" de avaliação, bem como do "egoísmo nacional" na política econômica? Será verdade que a luta para se autoafirmar economicamente e constituir a própria família está ultrapassada desde que a família se despiu de suas antigas funções de comunidade produtiva e se integrou ao círculo da comunidade político-econômica? Sabemos que *não* é esse o caso: esta luta assumiu *outras formas*, que ainda nos permitem questionar se devem ser vistas como uma atenuação ou, an-

tes, como uma interiorização e uma exacerbação dessa luta. Da mesma maneira, também a comunidade político-econômica é apenas outra forma de as nações se enfrentarem, forma esta que, em vez de atenuar a luta pela afirmação da própria cultura, acaba por *dificultá-la*, pois convoca como aliados interesses materiais no seio da própria nação para a batalha *contra* seu futuro.

Não são a paz nem a felicidade humana que temos de transmitir a nossos descendentes, e sim a *eterna luta* pela conservação e pelo crescimento de nosso caráter nacional²². E não devemos nos entregar à esperança otimista de que nosso trabalho estará cumprido quando fizermos nossa cultura econômica atingir o máximo de seu desenvolvimento, nem à de que a seleção na luta econômica livre e “pacífica” dará a vitória automaticamente ao tipo mais desenvolvido.

Sobretudo, *não* será pela forma da organização econômica que lhes transmitimos que nossos descendentes nos responsabilizarão perante a história, e sim pela extensão do espaço que conquistamos à força no mundo e lhes legamos. Em última instância, os processos de desenvolvimento econômico também são lutas pelo *poder*, e os interesses da nação pelo *poder*, quando questionados, são decisivos, derradeiros e devem ter a política econômica da nação a seu serviço. A ciência da política econômica é *política*. É uma servidora da política, não daquela cotidiana dos detentores do poder ou das classes dominantes em determinado momento, e sim dos permanentes interesses da nação, próprios de uma política de força. E, para nós, o *Estado-nação* não é algo indefinido, que se torna mais sublime à medida que sua essência é encoberta por um manto de obscuridade mística, e sim a organização mundana do poder da nação. Nesse *Estado-nação*, a “*razão de Estado*” é para nós o último critério de valor para consi-

22. Mais uma vez, a influência do darwinismo surge na escolha que Weber faz das palavras: “*die Erhaltung und Emporzüchtung der nationalen Art*”. A tradução alemã para “Origem das Espécies” é “*Entstehung der Arten*”.

derar também a política econômica. Tal razão não significa, como crê um estranho equívoco, “ajuda do Estado” em vez de “autoajuda”, regulamentação da vida econômica pelo Estado em vez de livre jogo das forças econômicas. Ao usarmos o chavão “razão de Estado”, queremos ressaltar a reivindicação de que, em casos particulares, os interesses políticos e econômicos de nossa nação pelo poder, bem como aqueles de seu detentor, o Estado-nação alemão, devem ter o voto final e decisivo nas questões relativas à política econômica alemã, incluídas aquelas que indagam se e até que ponto o Estado deve interferir na vida econômica ou se e em que momento deve permitir o livre desenvolvimento das forças econômicas da nação, derrubando suas barreiras.

Teria sido desnecessário mencionar essas circunstâncias aparentemente evidentes? Ou teria sido inútil que justamente um representante mais jovem das ciências econômicas as tenha lembrado? Acredito que não, pois parece que precisamente a nossa geração costuma perder de vista, com maior frequência e facilidade, esses fundamentos mais simples de julgamento. Somos testemunhas de que seu interesse pelas questões que movem nossa ciência cresce numa medida nunca imaginada. Em todas as áreas descobrimos que o modo de refletir a respeito da economia está avançando. Política social em vez de política, relações de poder econômico em vez de relações jurídicas, história cultural e econômica em vez de história política surgem no primeiro plano das reflexões. Nas excelentes obras dos nossos colegas historiadores, descobrimos que onde antes nos falavam de ações bélicas de nossos antepassados hoje vemos expandir-se o monstro chamado “matriarcado”²³ e ser relegada a uma observação secundária a ba-

23. Weber se refere às teorias de *Mutterrecht* (matriarcado), que eram comuns na época. Em outra parte, ele se refere a J. Bachofen, *Das Mutterrecht* (Stuttgart, 1861), uma obra que ele incluiu em sua relação de leituras para suas palestras (p. 7/II, ver nota 3, acima). A discussão de Weber sobre o tema encontra-se na obra póstuma *General Economic History* (New York, 1961).

talha dos hunos nos campos catalaúnicos²⁴. A presunção de um de nossos teóricos mais engenhosos levou-o a chamar a jurisprudência de “servente da economia nacional”. Certamente, uma coisa é verdade: também na jurisprudência penetrou a forma econômica de reflexão; mesmo em seu amigo íntimo, que são os manuais dos pandectistas²⁵, está começando, aqui e ali, a aparecer o espírito da economia. E não é raro encontrarmos nas sentenças dos tribunais, logo após os conceitos jurídicos, os chamados “aspectos econômicos”. Em resumo, para utilizar as palavras um tanto recriminatórias de um colega jurista: “Viramos moda.” Quando um modo de considerar as coisas abre caminho com tanta autoconfiança, acaba correndo o risco de nutrir certas ilusões e de sobrestimar o alcance de seus próprios pontos de vista, sobretudo em determinada direção. Muitas vezes, a ampliação da matéria da reflexão filosófica – que já se evidencia no fato de que hoje vemos muitas das antigas cátedras de filosofia sendo confiadas, por exemplo, a excelentes fisiologistas – levou à opinião, entre nós que somos leigos, de que as antigas questões sobre a natureza do entendimento humano deixaram de ser os últimos problemas centrais da filosofia. De modo semelhante, nas mentes da geração em crescimento também se formou a ideia de que, graças ao trabalho da ciência econômica nacional, não apenas se ampliou enormemente o *entendimento* (*Erkenntnis*) da essência das comunidades humanas, mas também mudou completamente o critério pelo qual, em última instância, *avaliamos* os fenômenos, como se a economia política estivesse em condições de derivar de sua própria matéria ideais particulares. Todavia, a ilusão ótica de que há ideais econô-

.....
 24. Na batalha de Châlons, ou batalha nos Campos Catalaúnicos (451 d.C.), Átila, o rei dos Hunos, foi vencido pelo general romano Aécio.

25. Weber refere-se a argumentos jurídicos contemporâneos, baseados nas Pandectas ou Digesto do Direito Romano, publicado pelo imperador Justiniano em 529 d.C. Ele discute a codificação do direito romano e o debate contemporâneo entre romanistas e germanistas em seu *Economy and Society*, vol. 2, cap. 8.

micos ou “político-sociais” independentes se esclarece tão logo se tenta descobrir essas bases “próprias” da avaliação com o auxílio da literatura produzida por nossa ciência. Deparamos com um *caos* de critérios de valor, em parte de natureza eudemonística, em parte de natureza ética, e muitas vezes com ambas as características, porém não claramente identificadas. Juízos de valor são feitos por toda parte com desenvoltura. Com efeito, renunciar à *avaliação* dos fenômenos econômicos significaria renunciar àquilo que se exige de nós. Mas não constitui a regra, e sim quase uma exceção, o fato de o avaliador esclarecer para os outros e *para si mesmo* o último núcleo subjetivo de seus julgamentos, isto é, os *ideais* a partir dos quais ele procede à avaliação dos eventos observados. Há uma falta de autocontrole consciente. O autor não se conscientiza das contradições internas e, quando tenta formular em termos gerais seu princípio especificamente “econômico” da avaliação, acaba caindo em indeterminações vagas. Na verdade, o que trazemos também para a matéria de nossa ciência *não* são ideais particulares e adquiridos por nós, mas os *antigos tipos gerais de ideais humanos*. Somente quem se baseia exclusivamente no interesse platônico do tecnólogo ou, ao contrário, nos interesses atuais de determinada classe, dominante ou dominada, pode querer derivar da própria matéria um critério para sua avaliação.

Seria isso tão desnecessário que justamente nós, discípulos da Escola Histórica Alemã²⁶, dizemos a nós mesmos essas verdades tão simples? Nós, em particular, sucumbimos facilmente a uma ilusão especial: a de podermos *nos abster totalmente* de nosso próprio e consciente juízo de valor. Por certo, a consequência disso não é, como qualquer um pode assegu-

.....
 26. A Escola Histórica Alemã de economia política (que possuía uma ramificação “mais antiga” e outra “mais jovem”) estava comprometida com a concepção de que uma análise econômica é mais bem desenvolvida a partir de um ponto de vista nacional e histórico, em vez de tentar construir leis e abstrações transnacionais e transistóricas.

rar-se por si mesmo, o fato de nos mantermos fiéis a determinada intenção, e sim o de nos tornarmos vítimas de instintos, simpatias e antipatias descontrolados. E, com mais facilidade ainda, ocorre-nos de nosso ponto de partida na análise e na *explicação* dos acontecimentos político-econômicos também passar a determinar de maneira inconsciente nossa *avaliação* a respeito. Talvez nós, mais do que quaisquer outros, tenhamos de evitar que aquelas grandes qualidades dos mestres vivos e mortos de nossa escola, às quais eles e sua ciência devem seu sucesso, transformem-se em falhas em nossas mãos. Na prática, isso se refere principalmente a dois diferentes pontos de partida da reflexão.

Uma das alternativas que temos é olhar o desenvolvimento econômico principalmente de cima para baixo, do alto da história administrativa de grandes Estados alemães, observando a gênese de sua administração e de seu comportamento em assuntos econômicos e sociais. Nesse caso, involuntariamente nos tornaríamos seus apologistas. Para permanecermos em nosso exemplo, se a administração resolver fechar a fronteira oriental, estaremos inclinados e aptos a entender essa resolução como o encerramento de uma evolução histórica que, devido a grandes reminiscências do passado, apresenta ao Estado atual importantes tarefas a serem cumpridas para salvaguardar a cultura nacional. Se essa resolução não for tomada, tenderemos a concluir que intervenções radicais desse tipo são em parte desnecessárias e em parte já não correspondem às ideias atuais.

Outra alternativa é preferirmos considerar o desenvolvimento econômico de baixo para cima, assistindo ao grande espetáculo oferecido pelas classes em ascensão, que lutam por sua emancipação emergindo do caos de conflitos de interesses econômicos. Também podemos observar como a situação do poder econômico muda a seu favor, fazendo com que inconscientemente tomemos partido daqueles que estão ascendendo, porque são ou começam a ser os mais fortes. Justa-

mente pelo fato de vencerem, eles parecem provar que representam um tipo "economicamente" *mais desenvolvido* da humanidade. Facilmente o historiador deixa-se dominar pela ideia de que na luta é natural a vitória dos elementos *mais desenvolvidos* e de que a derrota na batalha pela existência é um sintoma do "atraso". Cada novo sintoma entre os muitos desse deslocamento de poder faz com que o historiador tenha não apenas a satisfação de ver confirmadas suas observações, mas também a sensação um tanto inconsciente de um triunfo pessoal; afinal, a história está honrando as letras de câmbio que ele sacou em seu nome. Sem saber, ele observa com certa animosidade as resistências que esse desenvolvimento encontra. De maneira involuntária, ele as vê não simplesmente como consequências naturais de interesses que, por certo, precisam ser defendidos, mas, de certo modo, como uma insurreição contra a "sentença da história", conforme o formulou um historiador. A crítica, que também temos de fazer a acontecimentos que nos parecem ser resultados não refletidos de tendências da evolução histórica, nos abandona justamente quando mais precisamos dela. Seja como for, sentimos-nos fortemente tentados a nos juntar aos sequazes do vencedor na luta econômica pelo poder, *esquecendo que o poder econômico e a vocação para a liderança política da nação nem sempre coincidem.*

Com isso, somos levados a uma série final de reflexões de cunho mais prático e político. Pois por aquele *critério de valor político*, que para nós, nacionalistas econômicos, é o único a parecer soberano, também medimos as classes que têm ou pretendem ter em suas mãos a liderança da nação. O que nos importa é sua *maturidade política*, ou seja, sua compreensão e sua capacidade de colocar, acima de quaisquer outras considerações, os interesses econômicos e políticos que a nação sempre demonstra em relação ao *poder*. A nação é favorecida pelo destino quando a identificação ingênua dos inte-

resses de uma classe particular com os da generalidade também corresponde aos interesses permanentes da nação pelo poder. Por outro lado, uma das ilusões baseadas na sobrestimação moderna do “econômico”, no sentido usual da palavra, é achar que os sentimentos de comunhão política não suportariam uma prova de resistência aplicada por interesses econômicos efêmeros e divergentes, e que possivelmente seriam apenas um reflexo do fundamento econômico dessa constelação variável de interesses. Somente em épocas em que a sociedade reestrutura suas bases é que isso ocorre de maneira aproximada. Uma coisa é certa: em lugares onde as nações não são diariamente lembradas de que seu florescimento econômico depende de sua situação de poder político, como ocorre na Inglaterra, os instintos para esses interesses especificamente políticos não residem, ou pelo menos não costumam residir, nas amplas massas da nação, que têm de lutar com necessidades diárias. Seria injusto exigir isso delas. Porém, em grandes momentos, como no caso de uma guerra, suas almas também sentem a importância do poder nacional. Desse modo, nessas ocasiões se mostra que o Estado nacional repousa em fundamentos psicológicos primevos, mesmo no que se refere às amplas camadas economicamente dominadas da nação, e que está longe de ser apenas uma “superestrutura”, ou seja, a organização das classes economicamente dominantes²⁷. No entanto, em tempos normais, esse instinto político submerge nas massas para aquém do limiar da consciência. Nesses momentos, as camadas política e economicamente dirigentes têm por função específica representar o sentido político, e esta é a única razão que pode justificar politicamente sua existência.

Em todas as épocas, a obtenção do poder econômico fez determinada classe acreditar que poderia aspirar à liderança

.....
27. Esta é uma referência crítica à noção marxista de que o “modo de produção” é constituído por uma “base material” e uma “superestrutura ideológica”. Quando menciona ideias marxistas, Weber refere-se principalmente ao *Capital* (os três volumes) e ao *Manifesto Comunista*.

política. É perigoso e, a longo prazo, incompatível com o interesse da nação quando uma classe em declínio econômico mantém em suas mãos o domínio político. Porém, mais perigoso ainda é quando classes em direção às quais se move o poder econômico e, com ele, o direito à liderança política, ainda não têm maturidade política para assumir a direção do Estado. Neste momento, ambas as coisas estão ameaçando a Alemanha, e, na verdade, esta é a chave para entender os atuais perigos de nossa situação. As mudanças na estrutura social do Leste, às quais estão relacionados os fenômenos inicialmente mencionados, fazem parte desse contexto mais amplo.

Até o presente, a dinastia no Estado prussiano apoiou-se politicamente no estamento dos *Junker* prussianos. Embora essa dinastia tenha criado o Estado prussiano contra o interesse dos *Junker*, só o conseguiu com sua ajuda. Sei muito bem que o termo *Junker* soa mal aos alemães do Sul. Talvez achem que uso uma linguagem “prussiana” quando digo algo em seu favor. Não vejo o porquê. Ainda hoje na Prússia, muitos caminhos que levam à influência e ao poder, bem como aos ouvidos do monarca, estão abertos a esse estamento, mas não a qualquer cidadão. Nem sempre os *Junker* usaram esse poder de maneira que pudessem justificá-lo perante a história, por isso não vejo por que um intelectual burguês deveria amá-lo. No entanto, apesar de tudo isso, a força de seus instintos políticos foi um dos capitais mais poderosos que puderam ser empregados a serviço dos interesses de poder do Estado. Fizeram seu trabalho e hoje se encontram em agonia econômica, da qual nenhuma política econômica do Estado poderia resgatá-los para reconduzi-los a seu caráter social anterior. Além disso, as tarefas do presente são diferentes daquelas que eles poderiam resolver. Durante um quarto de século, o último e mais importante dos *Junker*²⁸ esteve à frente da Alemanha. Na tragicidade inerente à sua carreira de estadista – tra-

.....
28. Weber refere-se, é claro, a Bismarck.

gicidade esta ainda hoje desconhecida de muitos –, bem como em sua incomparável grandeza, o futuro ainda descobrirá que, sob seu governo, a obra realizada por suas mãos, a saber, a nação à qual ele deu unidade, alterou lenta e irresistivelmente sua estrutura econômica a ponto de tornar-se outra, ou seja, um povo que tinha de exigir ordens diferentes daquelas que ele pôde dar-lhe e às quais sua natureza cesarista podia adaptar-se. Em última instância, foi exatamente esse processo que levou ao fracasso parcial da obra de sua vida. Pois essa obra deveria conduzir não apenas à unificação externa da nação, mas também àquela interna, e cada um de nós sabe que ela não foi alcançada. Não podia ser alcançada com seus meios. E quando, no inverno do ano passado, envolvido pela benevolência de seu monarca, ele adentrou a capital enfeitada do *Reich*, houve, como bem sei, muitos que tiveram a impressão de que a Sachsenwald estivesse abrindo seus abismos à maneira de um Kyffhäuser moderno²⁹. No entanto, nem todos compartilhavam essa sensação, pois no ar desse dia de janeiro parecia possível sentir o sopro frio da transitoriedade da história. Fomos tomados por uma sensação particularmente sufocante, como se um fantasma tivesse descido de um grandioso passado e estivesse caminhando em meio a uma geração e por um mundo que deixou de lhe ser familiar³⁰.

Os latifúndios do Leste eram os pontos de apoio da classe dominante da Prússia que se deslocara pelo território, bem como o ponto de contato dos funcionários públicos. No entanto, com sua decadência e com o desaparecimento do caráter social da antiga aristocracia proprietária de terras, o cen-

.....
29. A *Sachsenwald* é (ou era) uma ampla área florestal ao nordeste de Hamburgo, doada a Bismarck pelo *Kaiser* Guilherme I, em 1871. *Kyffhäuser* é um morro arborizado nas Montanhas Harz onde, conforme a lenda, vive Frederico I; o Barbarossa, pronto para regressar e auxiliar os alemães em caso de grande perigo nacional.

30. Refere-se à tentativa de reconciliação do *Kaiser* com Bismarck naquele ano.

tro de gravidade da *intelligentsia* política está se deslocando irresistivelmente para as cidades. Esse deslocamento é o fator político decisivo no desenvolvimento agrário do Leste.

Mas por que mãos a função política dos *Junker* está passando, e o que podemos dizer a respeito de sua vocação política?

Sou membro das classes burguesas, sinto-me como tal e fui educado segundo suas convicções e seus ideais. No entanto, nossa ciência tem justamente por vocação dizer o que ninguém gosta de ouvir – nem aqueles que estão acima de nós, nem aqueles que estão abaixo, tampouco os que estão dentro de nossa própria classe. E quando me pergunto se hoje a burguesia da Alemanha tem maturidade suficiente para ser a classe que lidera politicamente a nação, não consigo, *hoje*, responder que sim. A burguesia não criou o Estado alemão com sua própria força, e, depois de criado, quem esteve à frente da nação foi aquela figura cesarista feita de outra substância, nada burguesa. Grandes tarefas na área da política de força não foram rerepresentadas à nação; só muito mais tarde, de maneira tímida e quase relutante, iniciou-se uma “política de força” ultramarina, que nem chega a merecer esse nome.

Depois que a unidade da nação foi conquistada dessa maneira e que sua “saciedade” política foi estabelecida, a geração em crescimento da burguesia alemã, embriagada pelo êxito e sedenta de paz, foi tomada por um espírito peculiarmente “anistórico” e apolítico. A história alemã parecia ter chegado a seu fim. O presente era a plena realização dos últimos milênios. Quem ia querer saber se o futuro julgaria de outro modo? Com efeito, era como se a modéstia impedisse a história universal de ultrapassar esses êxitos da nação alemã para voltar à ordem do dia de seus acontecimentos cotidianos. Hoje que estamos sóbrios, convém-nos tentar levantar o véu das ilusões que nos oculta a posição de nossa geração no desenvolvimento histórico da pátria. E me parece que então julgaremos de modo diferente. Em nosso berço recebemos a pior maldi-

ção que a história pode dar de presente a uma geração: o duro destino de sermos *epígonos* políticos³¹.

Não é seu rosto miserável a nos encarar justamente agora, para onde quer que dirijamos nosso olhar na pátria? Aqueles dentre nós que não perderam a capacidade de odiar a pequenez reconheceram, com apaixonada e colérica tristeza, a manobra mesquinha dos epígonos políticos nos acontecimentos dos últimos meses – pelos quais os políticos burgueses são os primeiros responsáveis –, em muito do que foi proferido nos últimos dias *no* parlamento alemão e em algumas coisas que *a ele* foram ditas. O imponente sol que se encontrava no zênite da Alemanha e fazia com que o nome de nosso país brilhasse no canto mais remoto do globo quase parecia ser grande demais para nós, e ter queimado a capacidade política de julgamento que se desenvolvera lentamente na burguesia. Pois o que a vemos fazer?

É bastante manifesto que uma parte da alta burguesia anseia o surgimento de um novo César que a proteja tanto das massas do povo, vindas de baixo, quanto dos caprichos político-sociais vindos de cima, que elas suspeitam poder sofrer por parte das dinastias alemãs.

Outra parte submergiu há muito tempo naquele caráter fílisteu da política, do qual amplas camadas da pequena burguesia nem chegaram a despertar. Depois das guerras pela unificação, quando a nação entrou em contato com as primeiras etapas de tarefas políticas positivas, a saber, a ideia de uma expansão ultramarina, essa burguesia carecia até mesmo daquele entendimento *econômico* mais rudimentar, que lhe diria o que significa para o comércio alemão em mares distantes ver suas bandeiras tremular nos litorais.

.....
31. O uso do termo "epígono" é muito menos raro em alemão do que em inglês. Talvez mais conhecido pelo título de um romance de Karl Immermann, *Die Epigonen* (1836), ele expressa o temor entre os intelectuais da classe média alemã do século XIX de serem condenados a mera imitação e debilidade com o fim do período de grandiosidade cultural (a Era de Goethe).

A imaturidade política de amplas camadas da burguesia alemã não se deve a razões econômicas nem à tão citada "política de interesses", que outras nações conhecem não menos do que nós. A razão está em seu passado apolítico, no fato de que o trabalho de educação política de um século não pode ser recuperado em uma década e de que o domínio de um grande homem nem sempre é um recurso de educação política. Neste momento, a questão vital para o futuro político da burguesia alemã é saber se não é *tarde* demais para recuperar essa educação. Nenhum elemento *econômico* pode substituí-la.

Será que outras classes terão um futuro político mais promissor? Autoconfiante, o proletariado moderno apresenta-se como herdeiro dos ideais burgueses. Como fica sua aspiração à liderança política da nação?

Quem hoje disser que a classe operária alemã é politicamente madura ou está a caminho da maturidade só pode ser um adulator que almeja os questionáveis louros da popularidade.

Do ponto de vista econômico, as camadas mais altas da classe operária alemã estão muito mais maduras do que o egoísmo das classes proprietárias gostaria de admitir, e com razão ela exige a liberdade de defender seus interesses também na forma de uma luta aberta e organizada pelo poder econômico. Todavia, *do ponto de vista político*, ela está infinitamente menos madura do que pretende fazer crer uma panelinha de jornalistas que deseja monopolizar sua liderança. Nos círculos desses burgueses desclassificados, é com deleite que se brinca com as reminiscências de cem anos atrás. De fato, conseguiu-se aqui e ali que algumas almas temerosas considerassem-nos os sucessores espirituais dos homens da Convenção³². No entanto, eles são infinitamente mais inofensivos do que pensam que são, pois neles não vive nenhuma faísca daquela

.....
32. Weber refere-se à Convenção Nacional Francesa (1792-95), que proclamou a República e aprovou uma série de medidas revolucionárias.

energia de catilinária que leva à *ação* nem o menor sopro da poderosa paixão *nacional* que se fazia sentir nos salões da Convenção. São miseráveis pequenos mestres-artesãos políticos, que carecem dos grandes instintos de *poder*, próprios de uma classe com vocação para a liderança política. Ao contrário do que tem sido dito aos operários, atualmente os interessados que fazem parte do capitalismo não são os únicos a se opor politicamente à sua participação no governo do Estado. Se investigassem as salas em que se reúnem os intelectuais alemães, os operários encontrariam poucos vestígios de uma comunidade de interessados com capital. Porém, *também* queremos saber se *têm maturidade política*, e somos seus adversários políticos porque, para uma grande nação, não há nada mais devastador do que a liderança nas mãos de uma *pequena burguesia politicamente* despreparada e porque o proletariado alemão ainda não perdeu esse caráter. E por que o proletariado da Inglaterra e o da França são em parte diferentes nesse aspecto? O fato de terem recebido há mais tempo uma educação em *economia* por parte dos operários ingleses, que se organizaram para lutar por seus interesses, não é a única razão, mas é sobretudo um fator *político*, a saber, a ressonância da *posição de potência universal*, que sempre coloca o Estado diante de grandes tarefas na área da política de força e submete os indivíduos a uma educação política crônica, que em nosso país eles só recebem quando as fronteiras são ameaçadas. Igualmente decisivo para *nosso* desenvolvimento é saber se uma grande política é capaz de nós lembrar da importância das grandes questões de poder político. Temos de compreender que a unificação da Alemanha foi uma travessura que a nação fez na velhice e que, considerando seu custo elevado, melhor seria se tivesse deixado de fazê-la, já que era para ser o fim, e não o ponto de partida, de uma política alemã de potência mundial.

O aspecto *ameaçador* de nossa situação é o fato de que as classes burguesas, como portadoras dos interesses de *poder*

da nação, parecem estar murchando, sem haver sinal algum de que os operários estejam suficientemente maduros para ocupar seu lugar.

Conforme acreditam aqueles que fitam hipnotizados as profundezas da sociedade, o perigo *não* está nas grandes *massas*. O sentido mais profundo do problema político-social não é a questão sobre a situação *econômica* dos *dominados*, mas, antes, aquela sobre a qualificação *política* das classes *dominantes* e *ascendentes*. A finalidade de nosso trabalho político-social não é fazer o mundo feliz, e sim *unificar socialmente* a nação, que foi fragmentada pelo desenvolvimento econômico moderno, a fim de prepará-la para as pesadas lutas do futuro. Se, de fato, conseguíssemos criar uma "aristocracia operária" que fosse a portadora do propósito político que sentimos faltar hoje ao movimento do proletariado, a lança que o braço da burguesia aparentemente ainda não consegue carregar por não ter força suficiente poderia ser sustentada pelos ombros mais largos dos operários. Mas, até lá, o caminho parece longo.

No entanto, por ora percebemos uma coisa: há um imenso trabalho de educação *política* a ser realizado, e não temos nenhum dever mais sério além daquele de nos conscientizarmos, cada um em seu círculo limitado, justamente dessa *tarefa* de contribuir para a educação *política* de nossa nação. Esse também deve continuar sendo o objetivo supremo de nossa ciência em particular. O desenvolvimento econômico dos períodos de transição ameaça decompor os instintos políticos naturais. Seria uma desgraça se a ciência econômica tomasse o mesmo rumo ao criar um eudemonismo brando, ainda que de forma espiritualizada, atrás da ilusão de ideais "político-sociais" independentes.

Por isso, certamente cabe a nós em particular lembrar que a tentativa de formular em artigos de lei um voto de desconfiança em relação ao futuro social pacífico da nação é o contrário da educação política. Pode-se dizer o mesmo quando o

*brachium saeculare*³³ pega na mão da Igreja para buscar apoio para suas autoridades temporárias. Todavia, o contrário da educação política também se manifesta nos latidos rotineiros daquele coral sempre crescente de políticos sociais de meia-tigela – que me perdoem a expressão –, bem como naquele amolecimento do coração, até amável e respeitável do ponto de vista humano, porém indescritivelmente filisteu, que acredita poder substituir ideais políticos por outros “éticos”, identificando-os ingenuamente com esperanças otimistas de felicidade.

Mesmo perante a enorme miséria das massas da nação, que tanto pesa na aguçada consciência social da nova geração, temos de confessar com honestidade que a consciência de nossa responsabilidade *perante a história* pesa ainda mais sobre nós. Não é dada à nossa geração a oportunidade de ver se a luta que travamos trará frutos, se a posteridade *nos* reconhecerá *como seus antepassados*. Não conseguiremos banir a maldição que paira sobre nós: a de sermos filhos póstumos de uma era politicamente grande, a não ser que saibamos assumir um papel diferente, a saber, o de precursores de uma era ainda maior. Será esse nosso lugar na história? Não sei, e limito-me a dizer: a juventude tem direito de reconhecer a si mesma e a seus ideais. Não são os anos vividos que fazem do homem um ancião. Ele continuará jovem enquanto conseguir sentir as *grandes* paixões que a natureza colocou dentro de nós. Sendo assim – e com isso permitam-me concluir –, não é o peso de milênios de uma história gloriosa que faz envelhecer uma grande nação³⁴. Ela permanecerá jovem enquanto tiver a capacidade e a coragem de reconhecer a si mesma e os grandes instintos que lhe foram dados, e quando suas camadas dirigentes conseguirem elevar-se na atmosfera dura e clara na qual prospera o trabalho sóbrio da política alemã, mas na qual também sopra a grandiosidade séria do sentimento nacional.

33. “Braço secular”.

34. Nietzsche havia creditado a fraqueza contemporânea ao “excesso de história” no segundo capítulo de seu *Meditações extemporâneas*, sob o título “Dos usos e desvantagens da História para a vida”.

Sobre a situação da democracia constitucional na Rússia¹

Tomo a liberdade de adicionar ao relato anterior, gentilmente colocado à nossa disposição², algumas observações sobre a corrente política que deu origem ao projeto. A questão

1. “Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Rußland” foi publicado no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 22; I (1906). Este é o único ensaio de Weber nesta coleção que foi substancialmente abreviado. Asteriscos marcarão as omissões. Quando estas forem longas, notas de rodapé indicarão os temas tratados nestas seções.

O título de Weber, “Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Rußland”, cria dificuldades para a tradução, já que não há um equivalente em inglês para *bürgerlich* (ver Glossário) que transmita integralmente o sentido do termo em alemão. Ao longo de seu argumento, o próprio Weber ressalta, com veemência, que *bürgerlich* não deveria ser confundido com a palavra alemã *Bourgeois*, um termo recentemente importado do francês; era usado com referência àquele capitalista “que faz dinheiro” e carregava consigo conotações desagradáveis do prosaísmo materialista e da brutalidade do Segundo Império Francês. Uma segunda complicação surge da ambiguidade da expressão “*bürgerliche Demokratie*”, que significa tanto uma *forma* de democracia (constitucional e liberal) quanto os partidos e grupos sociais que lutam para atingi-la. Aqui traduzimos “*bürgerlich*” livremente por “constitucional”, primeiramente porque o grupo responsável por publicar o projeto sob discussão chamava a si próprio de “democrata constitucional” e também para destacar as aspirações de unificação do movimento em questão, em detrimento de uma definição muito limitada, caso feita em termos de classe.

2. Weber refere-se ao artigo de S. Zhivago, “Loi fondamentale de l’Empire Russe. Project d’une constitution russe élaboré par un groupe de la Ligue de l’Affranchissement (constitutionalistes-démocrates russes)” (Paris, 1905),

reu a pessoas de julgamento independente, muito menos de inteireza de caráter, nem conseguiu sequer suportá-las. De mais a mais, quis a má estrela da nação que, além de sua suspeita feroz de todos os homens que de algum modo pudessem sucedê-lo, ele tivesse um filho cujas qualidades realmente modestas de estadista ele superestimava em grau surpreendente. Por outro lado, como resultado puramente negativo de seu imenso prestígio, deixou um *parlamento completamente impotente*. Como se sabe, ele se acusou desse erro quando já não estava no cargo e tinha sofrido as consequências em seu próprio destino. Todavia, essa impotência significava, ao mesmo tempo, um parlamento com um nível intelectual muito baixo. Sem dúvida, a lenda ingênua e moralizante de nossos literatos apolíticos imagina uma relação causal diametralmente oposta: o parlamento permaneceria merecidamente impotente porque o nível de vida parlamentar era e continuava baixo. Contudo, alguns fatos e algumas considerações muito simples mostram a verdadeira realidade, que, aliás, qualquer pensador sóbrio entende sem precisar de maiores explicações. Pois o nível alto ou baixo de um parlamento depende não somente do fato de ele *falar de grandes problemas*, mas também de *resolvê-los adequadamente*, ou seja, depende *daquilo que ele faz e do alcance que isso tem* ou do fato de ele ser apenas um aparato aprobativo, tolerado de má vontade, de uma burocracia dominante.

2. Domínio por parte do funcionalismo e liderança política

Num Estado moderno, o verdadeiro *governo*, que não atua nos discursos parlamentares nem nos pronunciamentos dos monarcas, e sim no *manejo da administração* na vida cotidiana, está necessária e inevitavelmente nas mãos do *funcionalismo*, tanto militar quanto civil. Pois, de seu "escritório",

o moderno oficial do alto escalão dirige até mesmo as batalhas. Do mesmo modo como, desde a Idade Média, o critério inequívoco para medir a modernização da economia é o chamado progresso rumo ao capitalismo, o critério igualmente inequívoco para medir a modernização do Estado é o progresso rumo ao funcionalismo burocrático, baseado em contratação, salário, pensão, promoção, formação especializada e divisão de trabalho, competências fixas, documentação e uma ordenação hierárquica de superiores e subordinados. Isso vale tanto para o Estado monárquico quanto para o democrático, pelo menos quando o Estado não for um cantão pequeno com uma administração rotativa, e sim um grande Estado de massas. Tal como o Estado absoluto, a democracia exclui a administração realizada por dignitários, sejam eles feudais ou patrimoniais, por patrícios ou outros dignitários com cargo honorífico ou hereditário, em favor de funcionários contratados. Estes últimos decidem sobre todas as nossas necessidades e reclamações cotidianas. Nesse ponto crucial para nós, o oficial, detentor do poder militar, não se distingue do funcionário da administração civil. O moderno exército de massas também é um exército *burocrático*, e o oficial é uma categoria especial de funcionário em oposição ao cavaleiro, ao *condottiere*, ao chefe de tribo ou aos heróis homéricos. A disciplina no serviço é o fundamento da força combativa do Exército. O avanço do burocratismo na administração municipal ocorre apenas com poucas modificações. E com mais intensidade quanto maior for o município ou quanto mais a formação técnica e economicamente condicionada de associações com interesses em comum (*Zweckverbände*) de todos os tipos privar-lhe de seu caráter orgânico e autóctone. No que se refere à Igreja, o resultado fundamentalmente importante de 1870 não foi o tão discutido dogma da infalibilidade, e sim o episcopado universal. Este criou a "cleroocracia" e, em oposição à Idade Média, transformou o bispo e o padre em simples funcionários do poder central da cúria. É o que também acontece

nas grandes empresas privadas de hoje, e tanto mais quanto maiores forem. Segundo as estatísticas, o número de funcionários em empresas privadas cresce mais rapidamente que o dos operários, e é muito ridículo que nossos literatos pensem que há uma diferença, ainda que mínima, entre o trabalho intelectual realizado no escritório comercial e aquele realizado no escritório do Estado.

Pelo contrário, o caráter fundamental de ambos é completamente idêntico. Do ponto de vista das ciências sociais, tanto o Estado moderno quanto a fábrica são “empresas” (*Betrieb*). Essa é sua característica historicamente específica. Em ambos os casos, a relação de domínio obedece ao mesmo padrão. A relativa independência do artesão ou do trabalhador caseiro, do camponês feudal, do comendatário, do cavaleiro e do vassalo baseava-se no fato de cada um deles ser dono das ferramentas, das provisões, dos recursos financeiros e das armas que usava para exercer sua função econômica, política ou militar e deles viver enquanto a desempenhava. Do mesmo modo, a dependência hierárquica do operário, do caixeiro, do funcionário técnico, do assistente acadêmico de um instituto, *bem como* do funcionário do Estado e do soldado, baseia-se igualmente no fato de que as ferramentas, as provisões e os recursos financeiros indispensáveis à empresa e à existência econômica estão concentrados no poder discricionário do empresário, de um lado, e naquele do chefe político, de outro. Os soldados russos, por exemplo, não *queriam* (em sua maioria) continuar lutando na guerra. Mas tinham de fazê-lo, pois os meios materiais de empreender a guerra e as provisões das quais precisavam viver estavam nas mãos de pessoas que, apoiadas nesses recursos, obrigavam os soldados a permanecer nas trincheiras, da mesma maneira que o dono capitalista dos meios econômicos de produção obriga os trabalhadores a permanecer nas fábricas e nos poços das minas. Essa base econômica decisiva, ou seja, a “separação” entre o trabalhador e os meios materiais de produção – os meios de produção na

economia, os meios bélicos no Exército, os meios materiais de gestão na administração pública, os meios de pesquisa no instituto universitário e no laboratório, os meios financeiros em todos esses casos – constitui o fundamento decisivo *comum* à empresa do Estado moderno nas áreas da política de poder, na político-cultural (*Kulturpolitik*) e na militar, bem como à economia capitalista privada. Em ambos os casos, a disposição sobre esses meios está nas mãos daquele poder ao qual *obedece* diretamente, ou dispõe-se a obedecer quando convocado, o *aparato burocrático* (juizes, funcionários, oficiais, contramestres, caixeiros, suboficiais). Esse aparato também é característico de todas aquelas estruturas cuja existência e cuja função estão inseparavelmente unidas, como causa e como efeito, à “concentração dos meios materiais de produção”. Em outros termos, esse aparato é a forma assumida por esse processo de concentração. Hoje, uma “socialização” crescente significa, inevitavelmente e ao mesmo tempo, um crescimento da burocratização.

Também do ponto de vista histórico, o “progresso” em direção ao Estado burocrático, que julga e administra de acordo com um direito racionalmente estatuído e regulamentos racionalmente concebidos, está em íntima conexão com o desenvolvimento capitalista moderno. Internamente, a moderna empresa capitalista baseia-se sobretudo no *cálculo*. Para poder existir, ela precisa de uma justiça e de uma administração cujo funcionamento, pelo menos em princípio, também possa ser *calculado racionalmente* com base em certas normas gerais fixas, do mesmo modo como se calcula o rendimento previsto de uma *máquina*. Com a chamada “justiça do cádi”²⁴,

24. Weber contrasta a “justiça do cádi” com o direito consuetudinário e o direito romano em *Economy and Society* (onde a palavra aparece grafada “Khadi”); ver pp. 976-8. Na terminologia weberiana, a expressão se refere a um modo de fazer justiça que não se fundamenta nem em um código jurídico formal, nem em uma revelação profética, nem em precedentes, mas em julgamentos informais, estabelecidos a partir de valores éticos particulares. Um “cádi” é um juiz muçulmano.

isto é, com o julgamento segundo o senso de equidade do juiz no caso *individual* ou segundo outros meios irracionais de verificação do direito e princípios irracionais, tais como existiam em toda parte no passado e continuam existindo no Oriente, a empresa capitalista moderna pouco consegue se familiarizar, assim como também não o faz com a administração patriarcal, que procede segundo o livre-arbítrio e a graça e, de resto, de acordo com a tradição inviolavelmente sagrada, porém irracional, praticada pelas associações teocráticas ou patrimoniais de governo (*theokratischen oder patrimoniales Herrschaftsverbände*) na Ásia e em nosso próprio passado. O fato de que essa “justiça do cádi” e sua correspondente administração, justamente devido a seu caráter irracional, eram com frequência *subornáveis* permitia, sem dúvida, o surgimento e a existência (e muitas vezes o exuberante florescimento) do capitalismo do comerciante e fornecedor do Estado, bem como de todos os tipos de capitalismo pré-racionalista, conhecidos no mundo há quatro milênios, particularmente do capitalismo de aventureiros e ladrões, ancorado na política, na guerra e na administração. Mas aquilo que é específico do capitalismo moderno, em oposição àquelas formas arcaicas de aquisição capitalista, isto é, a *organização* estritamente racional do trabalho sobre o fundamento da *técnica racional*, não surgiu nem poderia ter surgido *em nenhum lugar* dentro de Estados tão irracionalmente construídos. Pois, para tanto, essas formas modernas de empresa, com seu capital fixo e seu cálculo exato, são sensíveis demais às irracionalidades do direito e da administração. Podiam surgir apenas em duas circunstâncias: *ou* como na Inglaterra, onde a configuração prática do direito estava de fato nas mãos dos advogados que, a serviço de sua clientela (pessoas com interesses capitalistas), inventaram as formas comerciais apropriadas e de cujo meio procederam os juízes estritamente comprometidos com “precedentes”, isto é, com esquemas *calculáveis*; *ou* então onde o juiz, como no Estado burocrático com suas leis racionais, é mais ou menos uma máquina automática de fazer parágrafos, na qual se in-

roduzem por cima a documentação, mais o custo e as taxas, para retirar por baixo a sentença com as razões mais ou menos convincentes – enfim, uma pessoa cujo funcionamento é *grosso modo calculável*.

Por fim, o progresso rumo à burocratização que existe na economia e na administração do Estado não se realizou de modo diferente nos *partidos*.

A existência dos partidos não conhece Constituição nem lei (pelo menos na Alemanha), ainda que hoje sejam justamente eles que, de longe, representam os portadores mais importantes da vontade política daqueles que são governados pela burocracia, ou seja, os “cidadãos do Estado” (*Staatsbürger*). Independentemente da quantidade de recursos que utilizem para conseguir uma união permanente com sua clientela, os partidos são essencialmente organizações criadas de maneira voluntária e voltadas a um recrutamento livre e necessariamente sempre renovado de seus membros, em oposição a todas as corporações delimitadas por lei ou por algum contrato. Atual-

.....
A. Encontra-se no nível do jardim de infância a ideia característica e diletante dos literatos segundo a qual o “direito romano” teria promovido o surgimento do capitalismo. Todo estudante é obrigado a saber que todas as instituições jurídicas características do capitalismo moderno – desde as ações, os títulos de renda fixa, o moderno direito hipotecário, as letras de câmbio e toda espécie de documentos comerciais até as formas de associações capitalistas na indústria, na mineração e no comércio – são completamente desconhecidas no direito romano e têm origem medieval, em grande parte especificamente germânica, e que na terra natal do capitalismo moderno, a Inglaterra, o direito romano nunca criou raízes. Na Alemanha, a ausência de grandes corporações nacionais de advogados, que na Inglaterra se opunham ao direito romano, e, de resto, a *burocratização* da jurisprudência e da administração estatal aplanaram o caminho para o direito romano. O capitalismo moderno não surgiu nos países-modelo da burocracia (que, por sua vez, neles nasceu por puro racionalismo do Estado). Tampouco o moderno capitalismo plenamente desenvolvido limitou-se de início a esses países; nem sequer se acimatou a eles, e sim onde os juízes provinham do círculo dos advogados. Mas hoje o capitalismo e a burocracia têm encontrado um ao outro e estão intimamente conectados.

mente, seu objetivo é sempre a obtenção de votos para eleições a posições políticas ou a uma corporação eleitoral. Um núcleo permanente de interessados no partido, unido sob a direção de um líder ou de um grupo de dignitários, com uma estrutura estável e bastante diferenciada – hoje muitas vezes com uma burocracia desenvolvida –, encarrega-se de financiá-lo com o auxílio de mecenas, pessoas com interesses econômicos ou no patrocínio de cargos, ou ainda com o auxílio das contribuições dos membros. Na maioria das vezes, conta com várias dessas fontes. O núcleo determina o programa, a estratégia e os candidatos. Mesmo quando os partidos de massa apresentam uma forma muito democrática de organização, que sempre resulta num funcionalismo desenvolvido e remunerado, pelo menos a maioria dos eleitores, mas também boa parte dos simples “membros” não participam (ou participam apenas formalmente) da definição dos programas e dos candidatos. A participação dos eleitores só é levada em conta quando os programas e os candidatos se mostram adequados às possibilidades de com eles ganharem mais votos e, assim, serem escolhidos.

Pode-se até lamentar, do ponto de vista moralista, a existência dos partidos, sua maneira de fazer propaganda e campanha, e o fato de que, inevitavelmente, são as minorias que têm nas mãos a formação de programas e listas de candidatos. Ninguém acabará com sua existência; na melhor das hipóteses, apenas em grau limitado, com o tipo de sua estrutura e seu modo de atuação. A lei pode até regulamentar, como aconteceu várias vezes na América, a maneira pela qual se formam aquele núcleo ativo dos partidos (de modo semelhante ao que regulamentou, por exemplo, as condições de formação de sindicatos) e as “regras da luta” no campo de batalha eleitoral. Todavia, não é possível eliminar a luta entre os partidos sem acabar com toda forma de representação popular ativa (*Volksvertretung*). Porém, a ideia confusa de que isso poderia e deveria ser feito sempre volta a ocupar a mente de

nossos literatos. Conscientemente ou não, ela faz parte dos pressupostos das numerosas sugestões de criar, em vez de ou junto com parlamentos formados com base no sufrágio universal (diferenciado ou igual) dos cidadãos, corporações eleitorais baseadas em “categorias profissionais” (*berufsständisch*), sistema em que os representantes das profissões formariam corporações que, ao mesmo tempo, seriam corporações eleitorais para o parlamento. Essa ideia por si só já é absurda numa época na qual, como se sabe, o fato de se pertencer formalmente a determinada profissão (que pela lei eleitoral teria de ser vinculada a critérios externos) não diz quase nada sobre sua função econômica e social, e na qual toda nova invenção técnica e toda mudança e inovação econômica modificam essas funções e, por conseguinte, o sentido das posições profissionais formalmente constantes e a relação numérica entre elas. Porém, além disso, é claro que essa ideia não constitui um meio para alcançar o fim visado, pois mesmo que se consiga representar todos os eleitores em corporações profissionais, como as câmaras de comércio ou de agricultura que temos hoje, para que a partir delas se possa constituir o parlamento, sem dúvida as consequências seriam as seguintes: 1) *Junto a* essas organizações profissionais unidas pela lei existiriam, por um lado, as representações de *interesses* baseadas em recrutamento voluntário, do mesmo modo como junto às câmaras da agricultura existe a Liga dos Agricultores e junto às câmaras de comércio, os vários tipos de organizações empresariais voluntárias. Por outro lado, em vez de desaparecer, os partidos *políticos* baseados no recrutamento obviamente adaptariam a orientação e a natureza de seu recrutamento à nova situação. Por certo isso não seria nenhuma vantagem, pois naquelas representações profissionais as eleições continuariam sendo influenciadas por financiadores, e a exploração das relações capitalistas de dependência continuaria incontrolável, ao menos na mesma medida que antes. De resto, seria uma consequência evidente que, por um lado, 2) a so-

lução das tarefas *técnicas* das representações profissionais – agora que sua composição influenciaria as eleições ao parlamento e, com isso, o patrocínio de cargos – seja arrastada para o redemoinho das lutas partidárias e pelo poder político, ou seja, em vez de serem preenchidas por representantes competentes na matéria, essas organizações contariam com representantes dos partidos. Por outro lado, 3) o parlamento se tornaria um mercado para acordos entre interesses puramente *materiais*, sem orientação na política do Estado. Por conseguinte, a burocracia se sentiria mais tentada e com mais espaço para manter seu próprio poder jogando com interesses materiais opostos e estabelecendo um sistema mais intenso de gratificações para patrocinadores e fornecedores, e se sentiria tentada, sobretudo, a tornar ilusório todo e qualquer controle da administração. Pois os processos e acordos decisivos dos interessados passariam a ser realizados com muito menos controle, a portas cerradas, dentro de seus grupos de empresas inoficiais. Quem logo ficaria satisfeito no parlamento seria não o *líder* político, mas o *homem de negócios* astuto, enquanto, na verdade, uma “assembleia popular” desse tipo seria o lugar menos apropriado para resolver problemas políticos a partir de pontos de vista políticos. Para uma pessoa bem informada, tudo isso é evidente. Como também é evidente o fato de ideias desse tipo não servirem para reduzir a influência capitalista sobre os partidos e o parlamento ou até para eliminar o aparato dos partidos ou pelo menos depurá-lo. Aconteceria exatamente o contrário. O fato de os partidos serem estruturas baseadas no recrutamento *voluntário* opõe-se à sua regulamentação e é desconhecido das ideias dos literatos, que só querem aceitar como organizações as estruturas criadas por regulamento estatal, e não aquelas que cresceram “espontaneamente” no campo de batalha da ordem social atual.

Nos Estados modernos, partidos políticos podem basear-se sobretudo em dois princípios internos básicos. Por um lado,

podem ser essencialmente organizações de *patronagem de cargos* – como na América desde o fim dos grandes conflitos acerca da interpretação da Constituição. Nesse caso, seu único objetivo é colocar seu líder no posto de dirigente por meio das eleições, para que em seguida ele arranje cargos públicos para seu séquito, composto do aparato de funcionários e de propaganda do partido. Sem conteúdo ideológico e em concorrência com outros partidos, escrevem em seus programas aquelas reivindicações que acreditam atrair mais os eleitores. Esse caráter dos partidos se manifesta mais abertamente nos Estados Unidos porque lá não existe *nenhum* sistema parlamentar. Antes, o presidente da União, eleito pelo povo, tem em suas mãos (com a participação dos senadores eleitos dos Estados) a patronagem de um imenso número de cargos federais a serem ocupados. Apesar da corrupção dele resultante, esse sistema era popular porque evitava o surgimento de uma *casta* de burocratas. Tecnicamente era possível porque – e enquanto – a abundância ilimitada de oportunidades econômicas era capaz de suportar até mesmo a administração mais amadora. A necessidade crescente de substituir o protegido do partido e o funcionário ocasional sem preparo pelo funcionário *com formação técnica* para ocupar permanentemente o cargo está tirando cada vez mais prebendas das mãos desses partidos americanos, fazendo com que também neles surja uma burocracia de tipo europeu.

Por outro lado, há partidos que se baseiam principalmente *numa determinada concepção de mundo* (*Weltanschauung*) e que, portanto, servem para impor ideais de *conteúdo* político. Na Alemanha, o Partido do Centro dos anos 70 e a social-democracia antes de sua completa burocratização são exemplos puros desse tipo de partido. Por regra, porém, os partidos pertencem a ambos os tipos ao mesmo tempo: têm objetivos políticos concretos, transmitidos pela tradição, e, por respeito a ela, só se modificam lentamente. Além disso, almejam a *patronagem de cargos*. Isso significa que tentam, em primeiro lu-

gar, colocar seus líderes nos cargos *dirigentes*, portanto, naqueles que são de caráter *político*. Se conseguirem alcançar essa meta nas eleições, durante o mandato político do partido seus líderes e outros interessados no trabalho do partido poderão proporcionar a seus protegidos uma colocação nos postos seguros do Estado. Esse procedimento é normal em Estados parlamentares e, por isso, também os partidos baseados em determinada concepção de mundo tomaram esse rumo. Nos Estados não parlamentares, por outro lado, os partidos não têm direito à patronagem dos cargos *dirigentes*. No entanto, é nesses Estados que os partidos mais influentes costumam ter condições de pelo menos obrigar a burocracia dominante a garantir a seus protegidos uma colocação em postos estatais *não* políticos, *ao lado* dos candidatos recomendados por suas conexões com os funcionários públicos, e de exercer, portanto, uma patronagem *subalterna*.

De acordo com sua estrutura interna, ao longo das últimas décadas e à medida que aumenta a racionalização das técnicas de campanha eleitoral, todos os partidos passaram ao largo de uma organização burocrática. Há diferenças entre as fases de desenvolvimento que os partidos alcançaram nesse processo, mas a orientação geral, pelo menos nos Estados de massas, é inequívoca. Estágios desse fenômeno são o *caucus* de Joseph Chamberlain, na Inglaterra, o desenvolvimento daquilo que na América recebeu o significativo nome de "máquina", e a importância crescente do funcionalismo nos partidos em todos os lugares e também na Alemanha, onde aumentou com mais rapidez na social-democracia, isto é, justamente no partido mais democrático, o que é natural. No Partido do Centro, as funções da burocracia de partido são exercidas pelo aparato eclesiástico, a "cleroocracia", e no Partido Conservador da Prússia, desde o ministério de Puttkamer²⁵,

.....
25. R. von Puttkamer (1828-1900), político conservador e ministro do Interior da Prússia no governo de Bismarck.

quem o faz, ora abertamente, ora de forma disfarçada, é o aparato dos conselheiros municipais e dos chefes das unidades administrativas do Estado. O poder dos partidos baseia-se, em primeiro lugar, na qualidade da organização dessas burocracias. As dificuldades na fusão de partidos, por exemplo, devem-se muito mais à hostilidade entre esses aparatos de funcionários dos partidos do que às diferenças entre os programas. O fato de os deputados Eugen Richter²⁶ e Heinrich Rickert²⁷ terem mantido, cada qual separadamente, seu próprio aparato de homens de confiança dentro do Partido Alemão Liberal (*Deutsch-Freisinnige Partei*) já prefigurava a desintegração deste último.

É claro que, em parte, uma burocracia estatal é muito diferente de uma burocracia de partido. Dentro da primeira, a seção civil é diferente da militar, e todas elas são diferentes da burocracia de um município, de uma Igreja, de um banco, de um cartel, de uma associação corporativa, de uma fábrica, de uma representação de interesses (Federação Patronal, Liga dos Agricultores). Além disso, varia em todos esses casos o grau em que se apresenta uma atividade honorífica ou uma atividade com pessoas com interesses. No partido, o "chefe" não é "funcionário"; tampouco o é o membro do conselho fiscal numa sociedade anônima. Nas diversas formas da chamada "administração autônoma", toda sorte de dignitários ou de representantes eleitos dos interessados dominados ou sujeitos a contribuições obrigatórias pode intervir nas deliberações, no controle, nos aconselhamentos e ocasionalmente também na execução de tarefas, trabalhando como subordinados, adjuntos ou chefes dos funcionários, ora de forma corporativa, ora como órgãos individuais. Essa situação se dá principalmente na administração do município. Todavia, não nos

.....
26. Eugen Richter (1838-1906), líder dos progressistas, posteriormente do "*Deutsch-Freisinnigen*".

27. Heinrich Rickert (1833-1902), também membro do "*Deutsch-Freisinnigen*".

interessam aqui esses fenômenos, certamente importantes na prática^B. Pois, na administração de associações de *massas* – e apenas isso importa neste contexto –, é sempre o funcionalismo fixo, com *preparo especializado*, que forma o núcleo do aparato, e sua “disciplina” é o pré-requisito absoluto para o sucesso. E isso tanto mais quanto maior for a associação, quanto mais complicadas forem suas tarefas e – *principalmente* – quanto mais sua existência estiver condicionada pelo poder (seja em se tratando de lutas pelo poder no mercado, seja nas arenas eleitorais, seja no campo de batalha). O mesmo se aplica aos partidos. No que lhes diz respeito, está condenada ao fracasso uma situação como a da França (cuja miséria parlamentar se deve à *ausência* de partidos burocratizados) e em parte também a da Alemanha, onde ainda existem partidos que conservam o sistema da administração por dignitários locais, que na Idade Média predominava universalmente em todos os tipos de associações e ainda hoje predomina em pequenos e médios municípios. Para os partidos de hoje, esses “cidadãos respeitadas”, “eminentíssimos homens da ciência”, ou seja qual for sua designação, podem servir de veículo de propaganda e somente como tais, não como pessoas encarregadas do trabalho cotidiano decisivo. Sua função é exatamente a mesma, por exemplo, de certos dignitários decorativos que figuram nos conselhos fiscais das sociedades anônimas, dos príncipes da Igreja nos encontros dos católicos, dos aristocratas autênticos e falsos nas assembleias da Liga dos Agricultores, ou de toda sorte de historiadores e biólogos beneméritos e outras sumidades semelhantes, em geral apolíticas, na propaganda dos interessados pangermanistas em lucros de guer-

.....
B. Com isso, excluímos dessas considerações muitas instituições cuja existência é motivo de orgulho para os alemães, instituições essas que, em casos isolados, podem até ser chamadas de *exemplares*. Todavia, é um enorme erro dos literatos imaginar que, no fundo, a *política* de um grande Estado não é nada diferente da *administração autônoma* de uma cidade média qualquer. Política é luta.

ra e privilégios eleitorais. Em todas as organizações, o trabalho real é executado cada vez mais por funcionários pagos e agentes de todos os tipos. Todo o restante é ou se torna cada vez mais puro enfeite e decoração de vitrine.

Assim como os italianos e, depois deles, os ingleses, desenvolveram a moderna organização capitalista da economia, os bizantinos – e, depois deles, os italianos, seguidos pelos Estados territoriais da era absolutista, pela centralização revolucionária na França e, por fim, superando todos os demais povos, pelos *alemães* – desenvolveram virtuosamente a organização racional *burocrática*, baseada na especialização profissional e na divisão do trabalho, de todas as associações humanas de dominação, desde a fábrica até o Exército e o Estado. Por enquanto, apenas na técnica da organização partidária foram parcialmente superados por outras nações, sobretudo pelos americanos. No entanto, a guerra mundial atual significa, acima de tudo, o triunfo dessa forma de vida no mundo inteiro. De qualquer modo, é algo que já estava em andamento. Universidades, escolas superiores técnicas e comerciais, escolas profissionalizantes, academias militares, escolas especializadas de todos os tipos imagináveis (até de jornalismo!). O exame específico como pré-requisito para todos os cargos públicos e privados lucrativos e, principalmente, “seguros”; o diploma como fundamento de todas as pretensões de reconhecimento social (conúbio e convivência social com os círculos que se consideram parte da “sociedade”); a remuneração segura, “correspondente à posição social”, com direito a uma pensão e, se possível, a um aumento salarial e a uma promoção de acordo com o tempo de serviço: tudo isso, como sabemos, já era antes a verdadeira “exigência do dia”, reivindicada pelo interesse das universidades na frequência dos alunos e pela ânsia dos discípulos de obter prebendas, tanto no Estado quanto fora dele. O que nos interessa aqui são as consequências disso para a vida política. Pois esse simples fato da *burocratização universal* também se esconde, na verdade,

atrás das chamadas “ideias alemãs de 1914”²⁸, atrás daquilo que os literatos chamam eufemisticamente de “socialismo do futuro”, atrás do lema da “organização”, da “economia cooperativista” e, de modo geral, atrás de todas as expressões semelhantes hoje usadas. No final, mesmo que almejem exatamente o contrário, essas expressões sempre significam a criação de burocracia. Sem dúvida, nem de longe a burocracia é a única forma de organização moderna, assim como a fábrica tampouco é a única forma de empresa industrial. Contudo, ambas caracterizam a era atual e o futuro previsível. À burocratização pertence o futuro. Era e continua sendo óbvio que os literatos cumpriram e ainda cumprem sua missão de aplaudir os poderes em ascensão, tanto neste caso quanto na era da doutrina de Manchester²⁹, e em ambos com a mesma ingenuidade.

Em relação a outros portadores históricos da moderna ordem racional da vida, a burocracia destaca-se por sua *inevitabilidade* bem maior. Não há exemplo histórico conhecido em que ela tenha voltado a desaparecer depois de ter conseguido a dominação completa e exclusiva – como na China, no Egito e, de forma menos consistente, no Império Romano tardio e em Bizâncio –, a não ser quando toda a cultura que a sustentava ruía por completo. Em termos relativos, essas ainda eram formas altamente irracionais de burocracia, eram “burocracias patrimoniais”³⁰. A burocracia moderna destaca-se em relação a todos esses exemplos mais antigos por uma caracte-

28. “As ideias alemãs de 1914” referem-se a planos para uma forma futura de economia administrada pelo Estado, baseada no desejo de um “renascimento do espírito de unidade nacional”. Essas ideias ganharam considerável popularidade e tiveram o apoio de Plenge, Rathenau, Troeltsch, Sombart e Alfred Weber, entre outros. A expressão foi introduzida por J. Plenge, *Der Krieg und die Volkswirtschaft* (Münster, 1915), e R. Kjellen, *Die Ideen von 1914. Eine weltgeschichtliche Perspektive* (Leipzig, 1915).

29. A “doutrina de Manchester” refere-se às doutrinas de livre mercado e *laissez-faire*.

30. O patrimonialismo é discutido por Weber em *Economy and Society*. Ver, especialmente, capítulos 12 e 13.

terística que torna sua inevitabilidade muito mais definitiva do que a das outras: a *especialização e o treinamento técnico e racional*. O antigo mandarim chinês não era um funcionário especializado; ao contrário, era um *gentleman* com formação literário-humanista. O funcionário egípcio, aquele do final do Império Romano, bem como aquele bizantino já eram muito mais burocratas, no sentido que empregamos da palavra. Porém, em relação às modernas, as tarefas estatais que estavam em suas mãos eram infinitamente simples e modestas, e seu comportamento estava em parte vinculado à tradição, em parte ao patriarcalismo, e, portanto, era irracionalmente orientado. Eram meros empiristas, do mesmo modo como os artesãos do passado. Em correspondência à técnica racional da vida moderna, inevitavelmente o funcionário moderno está sempre incrementando sua formação e sua especialização. Todas as burocracias do mundo seguem por esse caminho. Nossa superioridade sobre os outros deve-se ao fato de que antes da guerra eles ainda não haviam percorrido o caminho até o fim. Embora, por exemplo, o antigo funcionário de partido americano dos tempos da patronagem fosse um “conhecedor” experiente da arena eleitoral e de suas “práticas”, de maneira alguma era um perito com formação especializada. Foi nesse fato, e não na democracia – como nossos literatos querem fazer o público acreditar –, que se baseou a corrupção ali existente, corrupção essa tão alheia ao funcionário especializado, com formação universitária, do *civil service*, que só agora está se desenvolvendo no país, quanto a moderna burocracia inglesa, que hoje substitui cada vez mais o *self-government* realizado por dignitários (*gentlemen*). Porém, onde o moderno funcionário com formação especializada começou a reinar, seu poder é simplesmente inquebrantável, porque toda a organização que provê as necessidades mais elementares da vida é talhada segundo seu rendimento. Teoricamente poder-se-ia pensar numa eliminação progressiva do capitalismo privado – embora, na realidade, isso não seja tão fácil quanto sonham

alguns literatos que não o conhecem, e certamente não será o resultado da guerra atual. Todavia, supondo-se que um dia isso venha a acontecer, o que significaria na prática? Talvez o rompimento do invólucro (*Gebäude*) de aço que constitui o moderno trabalho industrial? Não! Significaria, antes, que a *direção* das empresas estatizadas ou assumidas por outra forma de "economia coletiva" também seria burocratizada. Será que as formas de vida dos empregados e dos operários na administração estatal de minas e ferrovias da Prússia são perceptivelmente *diferentes* daquelas em grandes empresas do capitalismo privado? São *menos livres*, porque toda luta pelo poder contra uma burocracia estatal é *inútil* e porque, em princípio, não se pode recorrer a nenhuma instância interessada em opor-se a ela e a seu poder, como é possível no caso da empresa privada. *Essa* seria toda a diferença. Se o capitalismo privado fosse eliminado, a burocracia estatal reinaria *sozinha*. As burocracias privadas e públicas que hoje trabalham lado a lado e, pelo menos potencialmente, uma contra a outra, mantendo-se, portanto, mutuamente em xeque, se fundiriam numa única hierarquia. Por exemplo, como no Egito antigo, só que agora de forma incomparavelmente mais racional e, portanto, mais inescapável.

Uma máquina inanimada é *espírito coagulado*³¹. *Apenas* o fato de sê-lo lhe proporciona o poder de obrigar os homens a servi-la e de determinar a sua vida profissional cotidiana de maneira tão imperiosa quanto acontece de fato na fábrica. *Espírito coagulado* é também essa *máquina viva* que representa a organização burocrática com sua especialização do trabalho técnico treinado, sua delimitação de áreas de competên-

31. Weber utiliza uma expressão realmente estranha, "*geronnener Geist*", que pode ser uma alusão a Marx ou G. Simmel (1859-1918, filósofo, sociólogo e amigo de Weber), já que ambos usam linguagem semelhante. Marx, por exemplo, referê-se a "*bloÙe Gerinnung von Arbeitszeit*" em *Das Kapital*, vol. I, pp. 178-9. Simmel usa termos similares em, por exemplo, seu ensaio "*Der Begriff und die Tragödie der Kultur*", em *Philosophische Kultur* (Leipzig, 1911).

cias, seus regulamentos e suas relações de obediência hierarquizadas. Em conjunto com a máquina morta, ela trabalha na produção do invólucro daquela servidão do futuro, à qual talvez, um dia, os homens estejam obrigados a se sujeitar, sem resistência, como os escravos no antigo Estado egípcio, *se o único e último valor para eles que deva decidir sobre a condução de seus assuntos for uma boa administração, do ponto de vista puramente técnico, e isto significa uma administração racional realizada por funcionários*. Pois isso a burocracia realiza de maneira muito melhor do que qualquer outra estrutura de dominação. E esse invólucro, tão elogiado por nossos literatos ingênuos, completado pela amarração de cada indivíduo à empresa (o início disso encontramos nas chamadas "instituições beneficentes"), à classe (devido à rigidez crescente das estruturas de propriedade) e, talvez futuramente, à profissão (mediante a forma "litúrgica" com que o Estado satisfaz as necessidades da população³², isto é, através da atribuição de tarefas públicas a organizações profissionais), tornar-se-ia ainda mais inquebrantável se, na área social, como nos antigos Estados baseados no trabalho forçado, uma organização "estamental" dos dominados fosse agregada (na verdade, subordinada) à burocracia. Surgiria então uma estrutura social "orgânica", isto é, de cunho oriental-egípcio, porém, em oposição a esta, tão estritamente racional quanto uma máquina. Quem poderia negar que algo nesse sentido seja uma *possibilidade*, aguardando-nos no futuro? Isso já foi dito muitas vezes, e a ideia confusa desta possibilidade lança sua sombra sobre a produção de nossos literatos. Suponhamos, por um momen-

32. Weber associa o princípio litúrgico e o *Liturgiestaat* ao patrimonialismo. Nestas combinações, grupos sociais, como as corporações, recebem a incumbência estatal de assegurar que seus membros contribuam, em espécie ou em trabalho, conforme determinado pelo Estado. Ver discussão de Weber em *Economy and Society*, pp. 1.022-5 e em *General Economy History*, especialmente pp. 110-11, 156-7 e 248.

to, que precisamente essa possibilidade se transforme em um destino inevitável: quem não riria do medo de nossos literatos de que o desenvolvimento político e social poderia apresentar-nos futuramente com um *excesso* de “individualismo” ou “democracia” ou outras coisas semelhantes, e que a “verdadeira liberdade” apenas brilharia se fossem *eliminadas* a “anarquia” atual da nossa produção econômica e a “maquinação dos partidos” em nossos parlamentos para dar lugar à “ordem social” e às “estruturas orgânicas” – isto é, ao pacifismo da impotência social sob as asas do único poder certamente inevitável: a burocracia no Estado e na economia!

Haja vista o fato fundamental do irrefreável avanço da burocratização, a pergunta sobre as futuras formas de organização política pode ser apenas assim formulada: 1. Como *será possível* salvar ainda *pelo menos alguns* restos de uma liberdade “individual” de ação *em algum* sentido, considerando essa tendência superpoderosa rumo à burocratização? Pois, afinal de contas, é um grande autoengano a ideia de que hoje possamos viver sem essas conquistas dos tempos dos “direitos humanos” (nem a pessoa mais conservadora pode). Mas, no momento, deixemos esta questão de lado, pois além dela há outra, que nos interessa diretamente aqui: 2. Em vista da crescente indispensabilidade e, por conseguinte, do poder crescente do funcionalismo *estatal*, tema que aqui nos interessa, como pode haver *alguma* garantia da existência de poderes que estabeleçam certos limites para o enorme poder dessa camada cada vez mais importante e que a controlem de maneira eficiente? Será *possível* uma democracia, ainda que neste sentido limitado? Mas também não é esta a única questão que nos importa aqui. Pois 3. há uma terceira pergunta, a mais importante de todas, que resulta do exame daquilo que a burocracia como tal *não* realiza. É fácil observar que sua eficiência tanto no âmbito da empresa pública, político-estatal, como na esfera da economia privada, tem limites internos firmemente estabelecidos. O espírito de *liderança*, o “empresário” aqui e

o “político” ali, é algo diferente de um “funcionário”, não necessariamente em seu aspecto formal, mas em essência. O empresário também trabalha no “escritório”, assim como o faz o comandante do Exército. Este é um oficial e, portanto, em nada difere, do ponto de vista formal, dos outros oficiais. E mesmo que o diretor-geral de uma grande empresa seja funcionário contratado de uma sociedade anônima, sua posição jurídica não se distingue fundamentalmente daquela de outros funcionários. O mesmo ocorre com o líder político na esfera pública. O ministro-chefe é *formalmente* um funcionário com um ordenado que lhe dá direito a uma pensão. A circunstância de que, segundo todas as constituições do mundo, ele possa ser destituído a qualquer instante ou pedir demissão do cargo aparentemente distingue sua posição daquela da maioria dos funcionários, mas não de todos. Muito mais evidente é o fato de que no caso dele e *apenas* dele não se exija *nenhuma qualificação profissional específica em área alguma*, como é exigido dos outros funcionários. Isso indica que ele, pelo sentido de sua posição, seja algo diferente dos demais funcionários, de forma semelhante ao empresário e ao diretor-geral na economia privada. Ou talvez seja mais correto dizer que ele *deve* ser diferente. E, de fato, este é o caso. Se um homem numa posição de *liderança* é, pelo *espírito* de seu trabalho, um “funcionário”, e até um funcionário muito competente, isto é, um homem acostumado à realização devida e honesta do seu trabalho, de acordo com o regulamento e as ordens recebidas, ele não é nem útil na direção de uma empresa privada nem na condução de um Estado. Infelizmente tivemos de passar por esta experiência em nossa própria vida política.

A diferença reside apenas parcialmente na natureza do desempenho esperado. Autonomia nas decisões e capacidade organizativa, de acordo com suas próprias ideias, são esperadas tanto dos “funcionários” quanto dos “diretores”, não apenas em inúmeras questões individuais, mas muitas vezes também em assuntos de grande importância. E a ideia de que o

funcionário se dedique a assuntos subalternos cotidianos e apenas o chefe tenha de realizar tarefas especiais “interessantes” que exijam trabalho intelectual é típica de literatos e apenas possível em um país desinformado sobre a maneira como são resolvidos seus assuntos e sobre o desempenho de seus funcionários. Não, a diferença reside na natureza da responsabilidade, tanto dos primeiros quanto dos segundos, e a partir daí determina-se também, em grande parte, o tipo de exigência específica que se dirige a cada um deles. Um funcionário que recebe uma ordem que considere errônea pode – e deve – levantar objeções. Se a instância superior insistir na instrução, não será um dever, mas sim até uma *honra* cumpri-la como se correspondesse à sua própria convicção, demonstrando dessa maneira que seu sentimento de dever no cargo está acima de sua própria vontade. É indiferente que a instância superior seja uma “autoridade pública”, uma “corporação” ou uma “assembleia” da qual ele tem um mandato imperativo. Assim exige o espírito do *cargo*. Um líder político que agisse dessa forma mereceria *desprezo*. Muitas vezes ele é obrigado a fazer concessões, isto é, a sacrificar o menos importante em benefício do mais importante. Mas, se ele não consegue dizer ao seu senhor (seja este o monarca ou o *demos*) “ou a minha instrução é esta *ou eu me demito*”, ele é um miserável “pegajoso”, como Bismarck batizou este tipo, e não um líder. O funcionário deve estar “acima dos partidos”, o que significa, na verdade, fora da *luta* pelo próprio poder. A luta pelo poder pessoal e a *responsabilidade* pessoal *pela sua causa* que resulta do poder, eis o elemento vital tanto do político quanto do empresário.

Desde a renúncia do príncipe Bismarck, a Alemanha tem sido governada por “funcionários públicos” (em termos de sua mentalidade), porque Bismarck havia eliminado todos os políticos inteligentes ao seu redor. Mas a Alemanha manteve a mais destacada burocracia militar e civil do mundo no que se refere à sua integridade, formação, confiabilidade e inteli-

gência. Os resultados dos alemães no *front* e, no geral, também em casa demonstraram o que pode ser alcançado com esses meios. Mas e a direção da *política* alemã nas últimas décadas? A coisa mais agradável que tem sido dito a respeito é que “as vitórias dos exércitos alemães compensaram as suas derrotas”. Mas com que sacrifícios? É melhor nos calarmos a respeito e, antes, perguntar quais são as causas desses fracassos.

Pessoas no *exterior* imaginam que o erro esteja na “autocracia” da Alemanha. *Dentro do país*, a maioria pensa o inverso, graças às especulações infantis sobre a história por parte de nossos literatos: uma conspiração da “democracia” internacional contra a Alemanha havia levado à coalizão antinatural do mundo inteiro contra nós. No exterior, é usada a expressão hipócrita da “libertação dos alemães” daquela autocracia. Dentro do país, aqueles que têm interesses no atual sistema – os quais ainda conheceremos – trabalham com a expressão igualmente hipócrita da necessidade de proteger o “espírito alemão” da mácula da “democracia” ou procurar outros bodes expiatórios.

Tornou-se hábito, por exemplo, criticar a diplomacia alemã – provavelmente sem razão. Em média, ela deve ter trabalhado tão bem quanto a de outros países. Trata-se de uma confusão. O que faltou foi a *condução* do Estado por um *político* – não por um gênio da política, o que apenas pode ser esperado uma vez em séculos, nem por um talento político importante, mas *simplesmente* por um político.

Com isso chegamos, já, à discussão sobre aqueles poderes que são os únicos que se encontram em condições, ao lado do funcionalismo onipresente, de desempenhar na vida do Estado constitucional moderno o papel de instâncias de controle e orientação: o *monarca* e o *parlamento*. Começamos pelo primeiro.

A posição das dinastias sairá da guerra inabalada, a não ser que se cometam grandes tolices e não se tenha aprendido nada com os erros do passado. Muito antes do dia 4 de agosto de 1914, quem teve a oportunidade de se reunir por algum tempo com os social-democratas alemães – não estou falando

aqui de “revisonistas”, nem de deputados do partido ou sindicalistas, mas precisamente de *funcionários* do partido, alguns deles com ideias muito radicais –, chegou a ouvir deles, depois de uma discussão detalhada, a opinião de que a monarquia constitucional “em si” era a forma de Estado mais apropriada para a situação internacional particular da Alemanha. De fato, bastava apenas olhar por um momento para a Rússia e notar que a transição para a monarquia *parlamentar*, desejada pelos políticos liberais, havia, por um lado, mantido a dinastia, mas, por outro, eliminado o governo puramente burocrático e, como resultado, contribuído para fortalecer a Rússia, da mesma forma como a atual “república” de literatos³³, apesar de todo o idealismo subjetivo de seus líderes, está contribuindo para debilitar o país^c. Como na Inglaterra sabe-se muito bem, toda a força do sistema parlamentar britânico deve-se ao fato de que a posição formalmente mais elevada do Estado está de uma vez por todas ocupada. Não cabe discutir aqui em que se baseia essa função que a mera existência de um

.....
33. A *Literaten-Republik* aqui citada representa o governo Kerensky na Rússia, em 1917.

C. Como alguns russos me disseram que o senhor Kerensky havia citado esta frase do jornal *Frankfurter Zeitung* em assembleias para demonstrar que a necessidade de sua ofensiva era uma prova de “força”, quero dirigir a este coveiro da nova liberdade russa a seguinte observação: uma ofensiva pode ser iniciada por quem dispõe de meios bélicos, por exemplo, da artilharia para manter a infantaria à sua frente nas trincheiras, e de meios de transporte e alimentos, para fazer com que os soldados condenados a permanecer nas trincheiras sintam, além de tudo, a sua dependência destes alimentos. A “fraqueza” do assim chamado governo social-revolucionário do senhor Kerenski, no entanto, estava em sua *incapacidade de financiamento*, como já foi exposto em outro lugar, e na necessidade de trair o seu idealismo para conseguir crédito e, assim, manter-se no poder em *seu país*, ao fazer um pacto com a Entente burguesa e imperialista e, portanto, deixar sangrar até a morte centenas de milhares de seus compatriotas como mercenários de *interesses alheios*, conforme tem acontecido desde então. Penso que, infelizmente, tive razão com este e outros prognósticos que fiz em outros lugares sobre a atitude da Rússia. (Manterei o trecho escrito há vários meses.)

monarca desempenha, nem a questão de se por toda parte apenas um monarca poderia cumpri-la. Para a Alemanha, em todo caso, a situação a esse respeito já está determinada. Não podemos ter saudade da era das guerras entre pretendentes e das contrarrevoluções; para isso, a ameaça internacional à nossa existência é grande demais.

No entanto, o monarca como tal, nas condições do Estado moderno, nunca e em nenhum lugar é e nem pode ser um contrapeso e meio de controle do poder onipresente do *funcionalismo especializado*. Ele não pode controlar a administração, pois esta é uma administração especializada e preparada, e um monarca moderno, com exceção talvez da área militar, *nunca* é um especialista. Sobretudo, porém – e isto nos interessa aqui –, ele, como tal, *nunca* é um político formado na luta entre os partidos ou na diplomacia. Não apenas toda a sua educação, mas principalmente a sua posição no Estado contrapõe-se a isso. Não ganhou a sua coroa na luta entre os partidos, e a luta pelo poder no Estado não é o seu elemento vital natural, como sempre é para o político. O monarca não aprende as condições de luta descendo ele mesmo à arena, sentindo-as na própria carne, pois, devido ao seu privilégio, vive afastado das brutalidades da luta. Existe o político *nato* – mas ele é raro. O monarca, porém, que *não* o é, torna-se perigoso aos seus próprios interesses e aos do Estado ao tentar, como o fez o czar, “governar ele mesmo” ou influenciar o mundo pelos meios do político, isto é, pela “demagogia” no sentido mais amplo da palavra, propagando suas próprias ideias ou sua própria personalidade em discursos e por escrito. Ele, então, não apenas põe em risco sua coroa – o que seria uma questão particular –, mas também a existência de seu Estado. E nessa tentação, e até podemos dizer necessidade, um monarca moderno cairá inevitavelmente sempre que, no Estado, *ninguém mais* o enfrentar além dos *funcionários*, quando, portanto, o parlamento for impotente, como o foi na Alemanha durante décadas. Até mesmo do ponto de

vista puramente técnico isto tem desvantagens graves. Se não houver um parlamento poderoso a seu lado, o monarca de hoje depende, para o controle da gestão dos funcionários, de relatórios de *outros funcionários*. Forma-se, então, um círculo. A guerra constante entre os diversos departamentos, que era típica, por exemplo, da Rússia e que também em nosso país existe até hoje, é a consequência evidente de um governo supostamente “monárquico” desse tipo, ao qual falta um *político* dirigente. Pois nesta luta de sátrapas não se trata, em primeiro lugar, de conflitos sobre questões técnicas, mas sim de antagonismos pessoais: a luta entre os departamentos serve, para seus chefes, como um instrumento de competição por posições no ministério, quando estas nada mais são do que *prebendas de funcionários*. Neste caso, não são razões objetivas ou qualidades de liderança política, mas sim intrigas da corte que decidem quem deve permanecer nos cargos mais elevados. Todos sabem que os Estados parlamentares estão repletos de lutas *pessoais* pelo poder. O erro está em acreditar que a situação seja diferente nas monarquias. Nelas apresenta-se outro mal. O monarca acredita governar ele próprio, enquanto, na verdade, o funcionalismo goza do privilégio, com o seu respaldo, de poder atuar de forma *descontrolada e irresponsável*. O monarca é lisonjeado e lhe é mostrada a *ilusão romântica* do poder porque ele pode trocar à vontade a *pessoa* do primeiro-ministro. Na verdade, monarcas como Eduardo VII e Leopoldo II, apesar de não serem certamente personalidades ideais, tiveram *muito* mais poder *real* em suas mãos, embora *e porque* governaram de forma rigorosamente parlamentar e nunca se destacaram em público, pelo menos nesta forma. É ignorância quando a linguagem dos literatos modernos denomina esse tipo de monarca de “reis da sombra” e estupidez quando fazem do mexerico moralizante dos filisteus o critério de avaliação política desses reis. A história universal os julgará diferentemente, mesmo que, ao final, sua obra fracasse como muitos outros grandes projetos políticos

fracassaram. Um desses monarcas promoveu uma coalizão de dimensões mundiais, ao se ver obrigado a trocar os funcionários de sua corte de acordo com as exigências da constelação partidária; outro criou um império colonial gigantesco (se comparado aos nossos fragmentos de colônia!), apesar de governar um Estado pequeno. Quem quiser a *liderança* política, seja como monarca, seja como ministro, tem de saber lidar com os instrumentos modernos de poder. O sistema parlamentar elimina apenas o monarca *sem talento* político – para o bem do poder do país! E é mesmo um “Estado de vigilantes noturnos” aquele que consegue incorporar à própria nação, numericamente muito limitada, as melhores partes de todos os continentes? Que palavrório de filisteu é este clichê com seu cheiro de ressentimento de “súdito” (*Untertanen*)³⁴!

Agora chegamos ao parlamento.

Os parlamentos modernos são, em primeiro lugar, órgãos representativos dos indivíduos *governados* pelos meios da burocracia. A condição para a durabilidade de qualquer dominação, inclusive da mais bem organizada, é contar com um mínimo de aprovação dos dominados, pelo menos nas camadas socialmente mais influentes. Os parlamentos são, hoje, o meio pelo qual se manifesta visivelmente esse mínimo de aprovação. Para certos atos dos poderes públicos, a forma de um acordo legal é obrigatória, após uma consulta prévia ao parlamento, e entre esses atos destaca-se o orçamento. Hoje, como desde os tempos do surgimento dos direitos estamentais, a disposição sobre a maneira pela qual o Estado obtém o seu dinheiro, o direito orçamental, é o instrumento de poder decisivo do parlamento. No entanto, quando o parlamento apenas pode fazer valer as reclamações da população em relação à administração negando ao governo recursos monetários, recusando-se a aprovar projetos de lei ou apresentando

34. O termo alemão *Untertan* tem um sentido de subserviência muito mais forte do que sua versão em inglês, *subject* (súdito).

moções sem força normativa, ele está excluído da participação positiva na liderança política. Apenas poderá fazer e fará uma “política negativa”, isto é, enfrentará os líderes da administração como um poder inimigo, recebendo, com isso, apenas o mínimo indispensável de informações e será considerado um mero estorvo, um grupo de resmungões impotentes e sabichões. A burocracia, por outro lado, tende a ser considerada pelo parlamento e seus eleitores uma casta de arrivistas e beaguins, para a qual o povo se torna um objeto de suas atividades inoportunas e, em boa parte, supérfluas. A situação é diferente quando o parlamento determina que os líderes da administração sejam originários de suas fileiras (“*sistema parlamentar*” propriamente dito) ou então que, para permanecerem no cargo, precisam da confiança expressamente manifestada pela maioria, ou, ao menos, que se afastem no caso da declaração de desconfiança (*seleção parlamentar* dos líderes), e, por isso, devem prestar contas de suas ações de maneira exaustiva, sujeitos à verificação por parte do parlamento ou de suas comissões (*responsabilidade parlamentar* dos líderes) e conduzir a administração de acordo com as diretrizes aprovadas pelo parlamento (*controle parlamentar da administração*). Neste caso, os líderes dos partidos mais importantes no parlamento são necessariamente participantes positivos no exercício do poder do Estado. O parlamento é, então, um fator político positivo ao lado do monarca, que não participa das decisões políticas, pelo menos não preponderantemente e, de modo algum, exclusivamente, em virtude dos *direitos* formais *da coroa*, mas sim em virtude de sua influência pessoal, que de todo modo é muito grande, variando de acordo com sua prudência política e determinação. Neste caso fala-se, com ou sem razão, de um “Estado popular” (*Volksstaat*), enquanto um parlamento dos dominados com uma política negativa diante de uma burocracia dominadora constitui uma variação do “Estado autoritário” (*Obrigkeitsstaat*). O que nos interessa aqui é a significação *prática* da posição do parlamento.

A política parlamentar pode ser amada ou odiada – *não* é possível ser eliminada. É possível apenas torná-la politicamente *impotente*, como fez Bismarck com o *Reichstag*. Além das consequências gerais da “política negativa”, a impotência do parlamento manifesta-se nos fenômenos que se seguem. Todo conflito parlamentar não é, evidentemente, apenas uma luta relacionada a antagonismos objetivos, mas também uma luta pelo poder pessoal. Onde a posição de poder do parlamento implica que, via de regra, o monarca confie o governo ao homem de confiança de uma clara maioria parlamentar, a luta entre os partidos pelo poder terá em vista a ocupação desta posição *política* suprema. Quem conduz essa luta são homens com um forte instinto de poder político e com qualidades destacadas de liderança política, e que têm, portanto, boas chances de chegar às posições políticas mais elevadas. Pois a existência do partido no país e de inumeráveis interesses ideais e, em parte, materiais ligados a esse fato requerem categoricamente que uma personalidade dotada de qualidades de *líder* ocupe a posição mais alta. Nessas condições, e apenas nelas, existe o incentivo para que os temperamentos e talentos políticos se submetam à seleção dessa luta competitiva.

A situação é completamente diferente se, sob o rótulo de “governo monárquico”, a ocupação dos cargos mais elevados no Estado for objeto da *promoção de funcionários* ou de relacionamentos ocasionais na corte e se um parlamento impotente tiver de se submeter a essa maneira de compor o governo. Também nesse caso, é evidente que a ambição pessoal pelo poder entra em jogo na luta parlamentar, além dos antagonismos objetivos, mas sob formas e em direções completamente diferentes, subalternas, direções como as que têm sido tomadas na Alemanha desde 1890. Além da representação de interesses econômicos privados e locais de eleitores influentes, a *pequena* e subalterna *patronagem* é o único ponto em torno do qual tudo gira. O conflito entre o chanceler do *Reich*,

príncipe Bülow³⁵, e o Partido do Centro, por exemplo, não teve sua origem em divergências objetivas de opinião, mas essencialmente na tentativa do chanceler de abolir aquelas concessões/patrocínio de cargos exercido pelo Partido do Centro, que ainda hoje caracteriza fortemente a formação do corpo de funcionários de algumas instituições do *Reich*. E o Partido do Centro não é o único a atuar desta forma. Os partidos conservadores têm o monopólio dos cargos na Prússia e tentam intimidar o monarca com o fantasma da “revolução” no momento em que sentem ameaçadas essas prebendas. Os partidos assim permanentemente excluídos dos cargos estatais procuram compensação na administração local ou no gerenciamento dos fundos das caixas de assistência médica e hospitalar, e praticam no parlamento, como antigamente praticava a social-democracia, uma política hostil ao Estado ou alheia aos interesses dele. Isto é natural, pois *todo* partido, como tal, luta pelo *poder*, isto é, pela participação na *administração* e, portanto, pela influência no preenchimento de cargos públicos. As camadas dominantes influenciam essa atribuição de cargos tanto aqui como em outros países, porém, entre nós, elas não podem ser *responsabilizadas* por isso, já que a caça e a distribuição de cargos ocorrem nos bastidores e limitam-se às posições inferiores, não *responsáveis* pelo conjunto dos funcionários. O funcionalismo em nosso país, por sua vez, tira dessa situação o proveito de atuar *sem nenhum controle* pessoal, pagando aos partidos mais importantes as gratificações necessárias em forma daquele *pequeno* patrocínio das prebendas. Essa é a consequência natural do fato de que o partido (ou a coalizão partidária), em cujas mãos está de fato a maioria parlamentar, a favor ou contra o governo, *não* seja cha-

.....
35. Príncipe Bernhard von Bülow (1849-1920), diplomata e estadista, chanceler do *Reich* entre 1900 e 1909. Principal defensor de uma *Weltpolitik* alemã expansionista, substituiu o termo *Sammlungspolitik* inicialmente pela oposição ao *Zentrum* e, depois, com um bloco que unia este *Zentrum* e conservadores, isolando os liberais.

mado oficialmente, como tal, para ocupar a posição política de máxima responsabilidade.

Por outro lado, esse sistema permite que pessoas com as qualidades de um funcionário público útil, mas *sem uma sombra sequer de talento político*, mantenham-se em posições políticas de liderança até que, um dia, alguma intriga as faça desaparecer de cena para substituí-las por outras figuras do mesmo tipo. Portanto, temos um sistema partidário de distribuição de cargos semelhante ao existente em outros países, porém ele existe de uma forma desonestamente disfarçada e, sobretudo, atua sempre a favor de determinadas opiniões de algum partido, consideradas “aceitáveis na corte”. Mas essa parcialidade não é nem de longe o pior da situação presente. Do ponto de vista puramente político, ela seria tolerável se, pelo menos, oferecesse a *chance* de que, desses partidos “aceitáveis na corte”, líderes politicamente qualificados pudessem ascender aos cargos importantes para governar a nação. Mas este não é o caso. Isso será possível apenas quando existir um sistema parlamentar ou, pelo menos, um sistema que permita a distribuição parlamentar dos cargos de liderança. Iniciamos com um obstáculo puramente *formal* que impede tal sistema, parte da atual Constituição do *Reich*.

A frase final do Artigo 9º da Constituição do *Reich* estabelece: “Ninguém pode ser simultaneamente membro do *conselho federal (Bundestag)* e do *parlamento do Reich (Reichstag)*.” Portanto, enquanto nos países com um governo parlamentar considera-se absolutamente indispensável que os líderes do governo sejam membros do parlamento, isso é juridicamente impossível na Alemanha. O chanceler do *Reich*, um ministro representando seu Estado, autorizado a fazer parte do *Bundesrat*, ou um secretário de Estado do *Reich* podem ser membros do parlamento de um Estado em particular (por exemplo, da Dieta prussiana), influenciando ou até dirigindo ali um partido, mas não podem fazer o mesmo no *Reichstag*. Essa cláusula foi simplesmente uma imitação mecânica da ex-

clusão dos pares da Câmara dos Comuns na Inglaterra (e provavelmente mediada pela Constituição prussiana), baseando-se, portanto, em falta de reflexão. Ela precisa ser *suprimida*. Essa supressão em si não significa a introdução do sistema parlamentar ou do patrocínio parlamentar de cargos, mas unicamente a *possibilidade* de que um parlamentar politicamente capacitado assuma ao mesmo tempo um cargo de liderança no *Reich*. Não há nenhuma razão para que um deputado que se mostre apto a ocupar uma posição de liderança no *Reich* seja obrigado a deixar sua base política para assumi-la.

Se Bennigsen³⁶, em sua época, tivesse ingressado no governo e, portanto, saído do *Reichstag*, Bismarck teria transformado um importante líder político em um *funcionário* administrativo sem raízes no parlamento, e a direção do partido teria caído nas mãos da ala esquerda ou teria se desintegrado — e talvez fosse esta a intenção de Bismarck. Do mesmo modo, a entrada do deputado Schiffer no governo tirou-lhe a influência sobre o partido, que assim foi entregue à ala da indústria pesada. Dessa maneira, os partidos são “decapitados”, e, em vez de políticos eficientes, o governo recebe funcionários especializados em determinadas áreas, mas sem o conhecimento específico da carreira administrativa e sem a influência que um membro do parlamento tem. Além disso, cultivava-se a forma mais miserável de “sistema de gratificações” (*Trinkgeldersystem*) que se possa usar com um parlamento. O parlamento como trampolim na carreira de talentosos candidatos ao cargo de secretário de Estado: esta ideia tipicamente burocrata é defendida por escritores políticos e da área jurídica que assim encontram uma forma especificamente “alemã” de resolver o problema do parlamentarismo alemão! São os mesmos círculos que falam com desprezo da busca por cargos, que para eles é uma prática exclusivamente da “Europa ocidental”, especificamente “democrática”. Eles jamais com-

.....
36. R. Bennigsen (1824-1902), líder do Partido Nacional Liberal.

preenderão que os líderes parlamentares não buscam o cargo com sua remuneração e sua distinção, mas sim o *poder* com sua *responsabilidade* política, e que apenas podem tê-los quando estão arraigados no parlamento entre os sequazes de seu partido. Além disso, tampouco compreenderão que há uma diferença entre fazer do parlamento o lugar de seleção de líderes ou de pretendentes a cargos. Durante décadas, esses mesmos círculos zombaram do fato de os parlamentos alemães e seus partidos considerarem o governo uma espécie de inimigo natural. Mas não os incomoda nem um pouco que a medida do Artigo 9º, frase 2, da Constituição, dirigida exclusivamente contra o *Reichstag*, trate por força de lei o *Bundesrat* e o *Reichstag* como poderes inimigos, que apenas podem estabelecer contato por meio da mesa de conferência do primeiro ou da tribuna de oradores do segundo. Cabe à consideração conscienciosa de um estadista, do governo que o autoriza e de seus eleitores a decisão sobre se ele é capaz de conciliar com o seu cargo um mandato, a direção de um partido ou, pelo menos, alguma atividade neste, e se as instruções segundo as quais ele vota no *Bundesrat* são compatíveis com suas próprias convicções, por ele defendidas no *Reichstag*^D. O político *dirigente*, sobretudo aquele que é responsável pelas

.....
D. É engraçado que justamente no jornal “*Kreuzzeitung*” um autor anônimo, com formalismo jurídico, deduza a impossibilidade de combinar essas funções do fato de os deputados terem de votar conforme sua livre convicção, enquanto os membros do *Bundesrat* votam de acordo com instruções. O fato de um grande número de *conselheiros provinciais* (*Landräte*), que desde Puttkamer têm de “representar as políticas do governo”, façam parte da Dieta prussiana é algo que não incomoda nem um pouco ao jornal “*Kreuzzeitung*”! E muito menos ainda o fato de alguns deles serem *secretários de Estado do Reich* que, no papel de deputados da Dieta prussiana, devem criticar, de acordo com sua livre convicção, as instruções que lhes são dadas, como membros do *Bundesrat*, pelo governo *responsável perante esta Dieta*. Se o estadista que dirigir um partido não conseguir obter, como membro do *Bundesrat*, as instruções correspondentes à sua convicção, *ele tem de se demitir*, algo que, na verdade, *todo* “estadista” deveria fazer hoje em dia! Veja adiante!

instruções do “voto presidencial” no *Reich*, isto é, o chanceler do *Reich* e o ministro do Exterior prussiano, precisa ter a *possibilidade* de presidir o *Bundesrat*, sob supervisão dos representantes dos outros Estados, e, ao mesmo tempo, influenciar o *Reichstag*, como membro e porta-voz de um partido. Hoje em dia, no entanto, considera-se “distinto” (*vornehm*) um estadista manter-se distante dos partidos. O conde Posadowsky acreditava até que o seu cargo *passado* não lhe permitia ser membro de qualquer partido, isto é, que este o obrigava a usar o *Reichstag* para apresentar-se nele como um orador acadêmico sem nenhuma influência. Sem influência – pois como são tratados os negócios no parlamento?

Os discursos dos deputados deixaram de ser, hoje, manifestação de suas convicções pessoais, e muito menos tentativas de fazer o adversário mudar de opinião. São antes declarações oficiais de um partido feitas ao país “apenas para constatar”. Depois que representantes de todos os partidos tenham falado uma ou duas vezes, o debate no *Reichstag* é encerrado. Os discursos são apresentados antes na reunião do grupo parlamentar do partido ou, pelo menos, todos os seus itens essenciais são ali combinados. Do mesmo modo, determina-se nessa reunião quem falará pelo partido. Os partidos têm especialistas para cada questão, do mesmo modo que a burocracia tem funcionários qualificados. É certo que, ao lado de suas abelhas obreiras, eles possuem também os zangões, oradores de exibição, que apenas são úteis, com muita cautela, para fins representativos. Mesmo que haja exceções, de modo geral vale o princípio: quem faz o trabalho tem a influência. Mas este trabalho realiza-se nos bastidores, nas reuniões das comissões e dos grupos parlamentares, e sobretudo nos escritórios particulares dos membros que trabalham mais intensamente. A inabalável posição de poder de Eugen Richter dentro de seu próprio partido, apesar de sua clara impopularidade, baseia-se, por exemplo, em sua grande capacidade de trabalho e, particularmente, em seu incomparável conhecimento

sobre o orçamento. Richter deve ter sido o último deputado capaz de dizer onde o ministro da Guerra gastara cada centavo, até a última cantina; isto é algo que certos senhores daquela administração, apesar de todo o seu aborrecimento, contaram-me com admiração. No atual Partido do Centro, a posição do senhor Mathias Erzberger³⁷ também se baseia em sua *aplicação*, o que explica a influência desse político, dificilmente compreensível, uma vez que possui um talento político tão limitado.

Mas aplicação, por maior que seja, não qualifica uma pessoa para ser o líder e dirigente de um Estado, nem de um partido, duas coisas que, essencialmente, *não* são tão diferentes entre si quanto creem os nossos literatos românticos. Até onde estou informado, *todos* os partidos na Alemanha, sem exceção, tiveram no passado personalidades com todas as características de um líder político. Os políticos Von Bennigsen, Von Miquel, Von Stauffenberg, Völk e outros do Partido Nacional Liberal, bem como Von Mallinckrodt e Windthorst do Partido do Centro, os conservadores Von Bethusy-Huc, Von Minnigerode e Von Manteuffel, o progressista Von Saucken-Tarputschen, o social-democrata Von Vollmar, todos eles eram líderes natos, politicamente qualificados. Todos desapareceram ou, como Von Bennigsen nos anos 80, deixaram o parlamento porque não havia nenhuma chance para um líder de partido tornar-se dirigente dos assuntos de Estado. Os parlamentares que se tornaram ministros, como Von Miquel³⁸ e Möller³⁹, tiveram, inicialmente, de abandonar suas convicções políticas para poderem ser incorporados aos ministérios, compostos

37. M. Erzberger (1875-1921), político do Partido do Centro e jornalista com reputação de oportunista.

38. J. von Miquel (1829-1901), um dos fundadores do Partido Nacional Liberal. Ele defendeu e, em 1897, primeiro definiu a ideia de *Sammlungspolitik*.

39. T. Möller (1840-1925), industrial, político do Partido Nacional Liberal. Ministro prussiano do Comércio (1901-1905).

exclusivamente de funcionários públicos^E. Porém *também hoje* existem *na Alemanha líderes natos*, e em grande número. Sim, mas onde estão eles? Depois do que já foi dito, a questão é facilmente respondida. Para dar um exemplo, refiro-me a uma pessoa cujas ideias políticas e sociopolíticas são radicalmente opostas às minhas: será que alguém acredita que o atual diretor das fábricas Krupp, anteriormente político no extremo leste da Alemanha e funcionário do Estado, nasceu predestinado a dirigir a maior empresa industrial da Alemanha e *não* um ministério importante ou um partido poderoso no parlamento? Por que, então, ele faz uma coisa e não estaria disposto (conforme suponho), nas condições atuais, a fazer a outra? Para receber mais dinheiro? Creio que há uma razão muito simples: em virtude da estrutura política do Estado em nosso país, e isto significa, simplesmente, em virtude da *impotência* do parlamento e do *caráter* burocrático daí resultante das posições de ministro, um homem com fortes instintos de poder e outras qualidades correspondentes, este homem teria de ser um tolo para fazer parte desse ambiente miserável de ressentimento entre colegas e pisar nesse solo escorregadio das intrigas palacianas, se, para a sua capacidade e ambição, é oferecido um campo de ação tal como o podem abrir as empresas gigantes, cartéis e empreendimentos bancários e atacadistas. Pessoas desse tipo preferem financiar jornais pangermânicos e deixar os literatos tagarelarem neles. Para o serviço dos interesses do capital privado são obrigados a migrar todos os homens da nação com talento para a liderança, por conta da *seleção negativa*, que é a consequência prática, livre de belas palavras, do nosso "governo monárquico". *Apenas* nessa esfera, a do capital privado, acontece hoje em dia algo que se assemelha a uma seleção de homens com qualidades de lide-

.....
E. O ministro Möller declarou, naquela época, que se encontrava na situação *desagradável* de ter seu ponto de vista tão bem conhecido por todos a partir de seus discursos passados!

rança. Por que ali? Simplesmente porque acaba a comodidade, o que, neste caso, significa a *tagarelise dos literatos*, quando se trata de interesses econômicos de milhões e bilhões de marcos e centenas de milhares de trabalhadores. E por que isso *não* ocorre no Estado? Porque um dos piores legados do domínio de Bismarck foi o fato de que ele considerava conveniente disfarçar seu regime cesarista com a *legitimidade do monarca*. E isso foi fielmente imitado por seus sucessores, os quais, por sua vez, não eram Césares, mas sim modestos funcionários públicos. A nação, que não era politicamente educada, acreditava nas belas palavras de Bismarck, em seu valor aparente, enquanto os literatos aplaudiam, como de costume. E isso é natural. Eles examinam futuros funcionários, sentem-se como se fossem funcionários e pais de funcionários, e seu ressentimento é dirigido contra todos os que aspiram ao poder e o obtêm por caminhos que não sejam a legitimação mediante diplomas. Desacostumada, no governo de Bismarck, a se preocupar com assuntos públicos, especialmente com a política externa, a nação deixou-se convencer a aceitar um "governo monárquico", o que, na realidade, era apenas um domínio incontrolado da burocracia. Neste sistema, quando *livre para fazer o que bem entende*, nunca brotaram e prosperam lideranças políticas em nenhuma parte do mundo. Não se trata da ideia de que em nosso funcionalismo *não haja também* pessoas com qualidades de liderança: *estamos longe de uma afirmação neste sentido!* Mas não só as convenções e as peculiaridades internas da hierarquia burocrática opõem obstáculos incomuns precisamente à ascensão dessas pessoas, como a natureza da posição do moderno funcionário administrativo é extremamente desfavorável ao desenvolvimento de independência *política* (a ser distinguida da independência interior, de caráter puramente *pessoal*). Além disso, a essência de toda a política, o que caberá ressaltar ainda muitas vezes, é a *luta, o recrutamento de aliados e de seguidores voluntários*, e, para exercitar-se nesta arte difícil, a carreira administrativa em um

Estado autoritário (*Obrigkeitsstaat*) não oferece oportunidade alguma. Para Bismarck, como sabemos, o *Bundestag* de Frankfurt foi sua escola. No exército, o treinamento prepara para a luta e pode gerar líderes militares. Para o político moderno, porém, a palestra⁴⁰ adequada é a luta no parlamento e por seu partido no país, que não pode ser substituída por nada igualmente eficiente – e em último lugar pela concorrência para promoção por promoção. Naturalmente, isso só pode acontecer em um parlamento e com um partido cujo líder consiga obter o *poder* no Estado.

Ao contrário, que poder de atração pode ter para homens com qualidades de *liderança* um partido que, na melhor das hipóteses, pode modificar alguns itens no orçamento, de acordo com os interesses de seus eleitores, e arranjar algumas pequenas prebendas para os protegidos de seus caciques? Que oportunidade lhes oferece esse partido para o desenvolvimento de suas qualidades? Até mesmo nos mínimos detalhes do regulamento e das convenções do *Reichstag* e dos partidos manifesta-se hoje a orientação do nosso parlamento para uma política puramente negativa. Constam-me alguns casos, que não são poucos, em que os antigos e meritórios líderes locais e de partido simplesmente oprimiram, dentro dos partidos, jovens talentos com qualidades de liderança, como acontece em qualquer corporação. Isto é natural num parlamento *impotente*, que se limita à política negativa, pois ali prevalecem exclusivamente os instintos corporativos. Um partido cuja existência envolve a participação no *poder* e na *responsabilidade* do Estado *nunca* poderia se permitir tal comportamento, portanto, todos os membros desse partido, no país inteiro, saberiam que a existência ou não existência do partido e de todos os interesses que os prendem a ele depende do fato de o partido *subordinar-se* às pessoas com qualidades de liderança das quais dispõe. Pois não é a assembleia parlamentar, cons-

40. "Palestra" refere-se a uma escola de luta ou ginásio.

tituída de muitas cabeças, como tal, que pode "governar" e "fazer" a política. Não se trata disso em lugar nenhum do mundo, nem mesmo na Inglaterra. Toda a grande massa dos deputados funciona *apenas* como seguidores do "*leader*" ou dos poucos "*leaders*"⁴¹ que formam o gabinete e lhes obedece cegamente *enquanto* têm sucesso. *É assim que deve ser*. A ação política é sempre dominada pelo "princípio do número pequeno", isto é, a superioridade da capacidade de *pequenos* grupos líderes para manobras políticas. Esta tendência "cesarista" é inextirpável (nos *Estados de massas*).

Por outro lado, apenas ela é capaz de garantir que a *responsabilidade* para com o público, que se dispersaria completamente dentro de uma assembleia governante de muitas cabeças, fique a cargo de determinadas pessoas. É precisamente na democracia autêntica que isso se revela. Segundo as experiências feitas até agora, funcionários públicos nomeados através de eleição popular mostram-se eficientes em dois casos. Por um lado, na associação cantonal onde, considerando uma população estável, as pessoas se conhecem e a eficiência comprovada dentro da comunidade pode determinar a eleição. Por outro lado, mas com consideráveis reservas, na eleição do *mais alto* representante político em um *Estado de massas*. Raramente é o líder político mais destacado que chega dessa maneira ao poder supremo; em média, são líderes políticos apropriados. Ao contrário, para a grande massa de funcionários públicos dos escalões médios, sobretudo aqueles que precisam de um treinamento específico, o sistema de eleição popular costuma fracassar completamente em Estados de massas, e por motivos compreensíveis. Na América, os juízes nomeados pelo presidente eram muito superiores em competência e integridade àqueles eleitos pelo povo. Isso porque o líder que os nomeava era *responsável* pelas qualidades dos funcionários e o partido governante sentiria futuramente na

41. O termo inglês "*Leader*" significa "líder".

própria carne se tivesse cometido erros graves. Por isso, o domínio do sufrágio igualitário nas grandes comunas sempre significou que havia sido eleito prefeito, mediante votação popular, um homem de confiança (*Vetrauensmann*) dos cidadãos, com ampla liberdade de criar, ele próprio, seu aparato administrativo. O governo parlamentar inglês igualmente tende a desenvolver esses traços cesaristas. O primeiro-ministro ocupa uma posição cada vez mais preeminente em relação ao parlamento do qual ele provém.

Como acontece em qualquer organização humana, a seleção de líderes políticos por meio dos partidos também apresenta falhas, que já foram discutidas *ad nauseam* pelos literatos alemães durante as últimas décadas. É óbvio que também o sistema parlamentar exija do indivíduo, e tem que exigir, que se submeta a líderes que ele, muitas vezes, apenas pode aceitar como “um mal menor”. Mas o Estado autoritário primeiro não lhe deixa *nenhuma* escolha; segundo, no lugar de líderes, lhe impõem *funcionários*. E isso certamente faz alguma diferença. Além disso, há boas razões para que a “plutocracia” floresça na Alemanha, como em outros países, ainda que de forma diferente, pois os poderes do grande capital, denegridos justamente pelos intelectuais sem nenhum conhecimento, encontram-se *unânicos* do lado do Estado autoritário *burocrático* e são *contra* a democracia e o parlamentarismo – poderes capitalistas (em particular os mais brutos, os donos da indústria pesada) que certamente conhecem melhor seus interesses do que os acadêmicos em seus estudos. No entanto, essas razões encontram-se simplesmente além do horizonte dos literatos filisteus. Com o moralismo mais obtuso, eles ressaltam o fato evidente de que a vontade de obter *poder*⁴² faz

42. Weber utiliza novamente a terminologia nietzschiana. Um volume (controverso) com esse título (*A vontade de poder*), baseado em notas redigidas por Nietzsche entre 1883 e 1888, foi reunido por Elisabeth Förster-Nietzsche e publicado em 1901.

parte dos motivos impulsores dos líderes parlamentares e que a ambição egoísta de obter um cargo move seus seguidores. Como se entre os candidatos a cargos burocráticos não existissem a mesma ambição e a mesma fome por um bom salário, mas sim, exclusivamente, os motivos mais altruístas! E no que se refere à participação da “demagogia” na conquista do poder, os acontecimentos relacionados aos atuais comentários demagógicos presentes na imprensa, *apoiados por certas instâncias oficiais*, sobre a ocupação da posição de ministro do Exterior alemão podem revelar a qualquer um o fato de que é precisamente em um governo supostamente “monárquico” que a ambição de obter um cargo e a luta interdepartamental são encorajadas a tomar o rumo da mais prejudicial demagogia na imprensa⁴³. Em nenhum Estado parlamentar de partidos fortes seria possível coisa pior.

Sem dúvida, as motivações do comportamento pessoal dentro de um partido são tão pouco puramente idealistas quanto o são os habituais interesses vulgares em promoção e prebendas dos concorrentes em uma hierarquia de funcionários públicos. Tanto aqui quanto lá trata-se, na maioria dos casos, de interesses pessoais (e continuará a ser na tão elogiada “sociedade solidária” do Estado do futuro, de que falam os literatos). O que unicamente importa é que esses interesses universalmente humanos, muitas vezes humanos demais, *atuem* de maneira que pelo menos não *impeçam* uma *seleção* de homens dotados de qualidades de liderança. Dentro de um partido, isso *apenas* será possível quando os seus líderes tiverem a expectativa de obter o *poder* e a *responsabilidade* no Estado como resultado de sua vitória. Apenas nesse caso é *possível*. Mas isso não quer dizer que a seleção esteja assegurada.

43. Weber refere-se à “*Kühlmannkrise*” de janeiro de 1918, quando chegou ao ponto decisivo o conflito entre Richard von Kühlmann, o secretário de Estado das Relações Internacionais, que era a favor de uma paz negociada, e o Comando Supremo, que se recusava a aceitar qualquer resultado que não fosse a vitória e uma política de anexação.

Pois apenas um parlamento que *trabalhe*, e não se limite a falar, pode ser o terreno propício para o crescimento de qualidades de liderança que não sejam meramente demagógicas, mas sim autenticamente *políticas* e que ascendam por meio da seleção. Mas um parlamento que trabalha é um parlamento *que controla a administração, colaborando continuamente com ela*. Antes da guerra isso não existia em nosso país. Depois da guerra, porém, o parlamento *deve* ser transformado nesse sentido, ou então voltaremos à situação miserável de outrora. Este será o nosso próximo assunto.

3. Transparência da administração e seleção dos líderes políticos

Toda a estrutura do parlamento alemão de hoje está orientada para uma *política* puramente *negativa*: crítica, reclamação, deliberação, emenda e despacho de projetos de lei do governo. A esta situação correspondem todos os hábitos parlamentares. Infelizmente, em virtude do pouco interesse público, apesar de bons trabalhos jurídicos sobre o regimento interno do parlamento, não há nenhuma análise política dos verdadeiros processos vitais do *Reichstag*, como existem para outros parlamentos estrangeiros. Mas quando nos colocamos a discutir com um parlamentar qualquer tipo desejável de organização interna do *Reichstag* e de seus procedimentos, encontramos imediatamente todos os tipos de práticas considerações convencionais que apenas atendem à comodidade, à vaidade, às necessidades e aos preconceitos de desgastados notáveis parlamentares e colocam pedras no caminho de toda capacidade de ação política do parlamento. Desse modo, até a simples tarefa de um controle contínuo e eficaz da administração dos funcionários é obstruída. Ou será que esse controle (*Kontrolle*) é desnecessário?

O funcionalismo tem sido brilhante onde quer que tenha de demonstrar seu senso de dever, sua objetividade e sua ha-

bilidade para a resolução de problemas de organização, tratando-se de tarefas burocráticas, claramente delimitadas, de natureza *técnica*. Quem vem de uma família de funcionários públicos, como eu, será o último a permitir que se manche essa tradição. Mas aqui se trata de eficiência *política*, não “de serviço”, e os próprios fatos revelam algo ao mundo que nenhum amante da verdade pode negar: a dominação dos funcionários *falhou completamente* sempre que teve de se ocupar de questões *políticas*. Isso não aconteceu por acaso. Seria, antes, surpreendente se capacidades intrinsecamente tão distintas coincidissem dentro da mesma estrutura política. *Como já foi dito, não é próprio de um funcionário* participar de conflitos políticos de acordo com suas convicções pessoais e, nesse sentido, “fazer política”, o que sempre significa “luta”. Pelo contrário, seu orgulho é proteger sua imparcialidade e, portanto, poder superar suas próprias inclinações e opiniões para realizar, de maneira conscienciosa e sensata, o que o regulamento geral ou alguma instrução especial exigem dele, mesmo – e particularmente – em casos que *não* correspondem às suas próprias convicções políticas. Mas a *direção* do funcionalismo que lhe atribui tarefas tem, evidentemente, de resolver constantemente problemas políticos, nas áreas da política de poder e da política cultural (*Kulturpolitik*). Controlá-la *nessa* função é a primeira e fundamental tarefa do parlamento. E não apenas as tarefas atribuídas às supremas instâncias centrais, mas também cada questão individual, mesmo puramente técnica, *pode* ser politicamente importante nas instâncias inferiores, e a maneira pela qual é resolvida *pode* ser determinada por aspectos políticos. Os *políticos* devem ser o contrapeso à dominação do funcionalismo. A esta ideia, porém, resistem os interesses de poder das *instâncias* dirigentes de um governo puramente burocrático, que sempre seguirão sua inclinação à liberdade, com um mínimo possível de controle, e, sobretudo, à manutenção do monopólio de cargos ministeriais para a promoção de funcionários.